
*“Estudo de Impacte Ambiental do
Complexo Turístico, Cultural e Paisagístico HERDADE
CONVENTO DA LUZ”*

Relatório de caracterização do Património Arquitetónico e Arqueológico

Leonor Rocha
Novembro de 2024



.....
(Leonor Rocha)

Nota:

O conteúdo deste relatório segue a estrutura definida pelo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro e pela circular, emitida pelo Instituto Português de Arqueologia, relativa aos “*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Estudos de Impacte Ambiental*”, datada de 29 de março de 2023.

A signatária permite a sua divulgação por parte do Património Cultural I.P. no *Portal do Arqueólogo* sendo a referência bibliográfica realizada de acordo com a NP 405-3.

Índice

01 INTRODUÇÃO	5
02 OBJETIVOS E METODOLOGIA.....	7
02.01 <i>Trabalhos de recolha e compilação de dados.....</i>	<i>7</i>
02.02 <i>Trabalhos de campo.....</i>	<i>7</i>
02.03 <i>Tratamento e compilação de informação</i>	<i>8</i>
03 ENQUADRAMENTO LEGAL	8
04 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PATRIMONIAL	9
04.01 <i>Área de incidência direta e indireta do projeto</i>	<i>9</i>
04.02 <i>Análise fisiográfica da cartografia.....</i>	<i>10</i>
04.03 <i>Análise Toponímica</i>	<i>13</i>
04.04 <i>Património arquitetónico classificado e em vias de classificação</i>	<i>15</i>
04.05 <i>Património arqueológico</i>	<i>19</i>
04.06 <i>Trabalhos de campo</i>	<i>24</i>
05 AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E PATRIMONIAL.....	28
05.01 <i>Critérios de valoração patrimonial.....</i>	<i>28</i>
06 IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES	30
06.01 <i>Descrição do projeto.....</i>	<i>30</i>
06.02 <i>Síntese das ações passíveis de impacte patrimonial (por fase)</i>	<i>37</i>
06.03 <i>Metodologia de avaliação de impacte</i>	<i>38</i>
06.04 <i>Avaliação de impactes.....</i>	<i>40</i>
6.4.1 <i>Fase de Construção</i>	<i>41</i>
6.4.2 <i>Fase de Exploração e Desativação</i>	<i>41</i>
07 MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO.....	41
07.01 <i>Fase Prévia.....</i>	<i>42</i>
07.02 <i>Fase de construção</i>	<i>43</i>
07.03 <i>Fase de exploração e desativação</i>	<i>45</i>
08 BIBLIOGRAFIA.....	45
Arquivos Digitais.....	45
Geral	46
Fontes.....	47
ANEXO I - FICHAS DE SÍTIO/ PATRIMÓNIO.....	49
Ficha 1 <i>Edifício A - Convento e Igreja da Luz</i>	<i>50</i>
Ficha 2 <i>Edifício B - Antigas cavaleriças.....</i>	<i>62</i>
Ficha 3 <i>Edifício C, D, E, F - Pavilhões.....</i>	<i>65</i>
Ficha 4 <i>Edifício G – Habitação (Monte 1)</i>	<i>70</i>

Ficha 5	Edifício H – armazém e tanque	71
----------------	-------------------------------------	----

01| INTRODUÇÃO

O presente relatório reporta-se aos trabalhos de caracterização do património arquitetónico e arqueológico, efetuados no âmbito do estudo de impacto ambiental do *Complexo Turístico, Cultural e Paisagístico da Herdade Convento da Luz*, localizado na Herdade do Convento da Luz (distrito de Évora, concelho de Borba, freguesia de Rio de Moinhos), artigo matricial nº 2, da seção E, inscrito sob o número matricial 1148/20041112, com uma área total de 14,2782 hectares.

A propriedade localiza-se a 4 Km a Sudeste (SW) de Borba e 5 km a Este (E) de Vila-Viçosa. É delimitada a Oeste pela estrada municipal EM508, nos extremos é ladeada por propriedades vizinhas e, a sul, é delimitada por uma estrada de serventia (Figura 1 e 2).

O projeto refere-se à implementação de um complexo turístico, cultural e paisagístico, constituído por uma unidade hoteleira composta por oito edifícios distintos, agrupados em 3 categorias diferentes:

- Unidade Hoteleira de 5 estrelas, com 195 Unidades de Alojamento;
- Unidade de Bem-Estar e Desporto (*wellness*), com piscinas interior e exterior, salas de desportos dedicadas, salas de massagens, sauna e banho turco, áreas exteriores para caminhadas na natureza, assim como um campo polidesportivo e um campo de futebol 5;
- Unidade Gastronómica, aliada à agricultura local e da região, com dois restaurantes e três bares.

O projeto “*visa tirar partido da localização privilegiada em termos de acessos rodoviários, da proximidade da fronteira terrestre com a restante Europa e das condições espaciais naturais da região do Alentejo, para preencher um nicho de mercado sem concorrência direta na proximidade, através de uma diversificada oferta de alto nível - num local premium e diferenciador, no domínio da hotelaria, bem-estar e desporto (wellness) e, agricultura, reforçando o valor paisagístico, natural, agrícola e cultural desta localização.*” (Relatório Síntese, 2024:16).

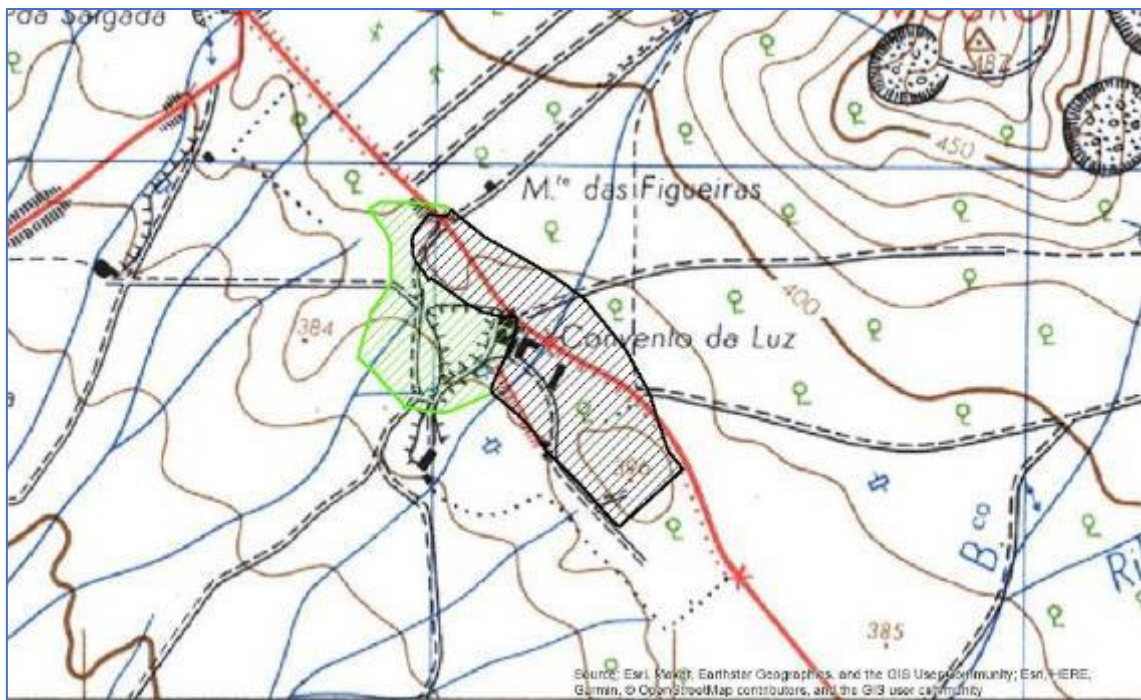


Figura 1 – Localização da Herdade do Convento da Luz em Carta Militar 1:25 000 - folha n.º 426 (fonte: IgeoE).



Figura 2 – Localização da Herdade do Convento da Luz em Ortofotomapa (fonte: ArcMap)

02| OBJETIVOS E METODOLOGIA

02.01/ Trabalhos de recolha e compilação de dados

Os trabalhos arqueológicos tiveram como objetivo caracterizar e inventariar os elementos patrimoniais - arqueológicos, arquitetónicos - existentes na área de intervenção do projeto, assim como, considerar os possíveis impactes decorrentes da execução do mesmo e propor as medidas de minimização consideradas adequadas. Para o efeito, procedeu-se ao desenvolvimento das seguintes tarefas:

- Definição das áreas de incidência direta e indireta do projeto através da cartografia de projeto fornecida pela entidade contratante;
- Realização de pesquisa bibliográfica e documental de cariz local e/ou geral;
- Consulta de arquivos (Arquivo Municipal de Borba; Arquivo Distrital de Évora; Biblioteca Nacional de Lisboa; Biblioteca da Universidade de Évora; Torre do Tombo);
- Consulta das bases de dados de entidades oficiais (Portal do Arqueólogo, SIPA e Atlas do Património Arqueológico Classificado e Em Vias de Classificação);
- Consulta dos Instrumentos de Gestão Territorial (PDM de Borba);
- Análise da toponímia registada na Carta Militar de Portugal (Fls.426 da C.M.P.);
- Análise fisiográfica da área em estudo, com base na cartografia e na observação do território;

02.02/ Trabalhos de campo

- Recolha de informação oral de carácter específico ou indiciário sobre sítios arqueológicos e/ou etnográfico;
- Relocalização no terreno dos dados previamente recolhidos;
- Prospeções sistemáticas das áreas de intervenção direta e indireta do projeto, de modo a identificar ocorrências de interesse patrimonial;
- Averiguação dos indícios topográficos e toponímicos indicadores de potencial arqueológico;
- Descrição das condições de visibilidade do solo e sua representação cartográfica;
- Cartografia do projeto com sinalização das ocorrências identificadas à escala 1: 25 000 (polígonos).

02.03| Tratamento e compilação de informação

- Descrição exaustiva dos sítios arqueológicos, identificados no decurso dos trabalhos de campo e da pesquisa bibliográfica, tendo por base os critérios constantes na Ficha de Sítio disponibilizada pelo Património Cultural I.P.;
- Descrição exaustiva dos edifício e estruturas construídas, localizadas na área de incidência direta do projeto, de acordo com os critérios estabelecido no KIT 01-Património Arquitetónico - Geral, disponibilizado pela Património Cultural I.P. Foi criada uma ficha específica para a descrição dos elementos de arquitetura vernacular;
- Avaliação da importância científica e patrimonial das ocorrências arqueológicas identificadas, com vista à hierarquização;
- Identificação e avaliação dos impactes decorrentes da execução do projeto, nas suas diferentes fases (construção, exploração e desativação);
- Proposta de medidas de minimização necessárias à mitigação dos impactes patrimoniais decorrentes da execução do projeto

03| ENQUADRAMENTO LEGAL

A caracterização da situação de referência patrimonial cumpre alguns procedimentos legais, entre os quais:

- a) Decreto da Presidência da República n.º 74/97, de 12 de dezembro, que ratifica a Convenção de Malta e visa a proteção do património arqueológico a nível comunitário;
- b) Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural;
- c) Decreto-Lei n.º 164/2014, de 4 de novembro, que aprova o regulamento dos trabalhos arqueológicos e estabelece as normas a observar na realização destes;
- d) Circular, emitida pelo Instituto Português de Arqueologia, relativa aos “*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Estudos de Impacte Ambiental*”, datada de 29 de março de 2023.

04| CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA PATRIMONIAL

04.01| Área de incidência direta e indireta do projeto

A caracterização da situação de referência patrimonial foi antecedida pela definição da área de incidência direta e indireta do projeto. De acordo com as indicações constantes da circular “*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Estudos de Impacte Ambiental*”, a área de incidência direta do projeto é aquela diretamente afetada pela execução do projeto. A área de incidência indireta do projeto corresponde à área passível de ser afetada no decorrer da implementação do mesmo, ou seja, que se estende entre a área de incidência direta e 50 metros para além dos seus limites.

No caso do projeto da “*Complexo Turístico, Cultural e Paisagístico da Herdade Convento da Luz*”, a área de incidência direta corresponde aos limites da área de intervenção – 9,3159ha - correspondente a 65% do total da Herdade. A área de incidência indireta do projeto corresponde a uma faixa de 50 metros em torno dos limites externos da área de intervenção, acrescida da área sem intervenção, abrangendo a totalidade da propriedade da Herdade do Convento da Luz (Figura 3).

A pesquisa bibliográfica e documental, assim como a consulta de arquivos e dos instrumentos de gestão territorial incidiram sobre o concelho de Borba e freguesia de Rio de Moinhos, com o objetivo de inferir a sensibilidade patrimonial da área de estudo.

A análise fisiográfica e toponímica da cartografia incidiu sobre a área de incidência direta e indireta do projeto, assim como as ações de realocização e prospeção arqueológica sistemática.



Figura 3 – Localização da área de incidência direta e indireta do projeto (Fonte: Planta de Projeto)

— — — Área de incidência direta do projeto.

— — — Área de incidência indireta do projeto (sem intervenção).

04.02| Análise fisiográfica da cartografia

A análise fisiográfica da cartografia teve por base a folhas n.º 426 da Carta Militar de Portugal, e a Carta Geológica de Portugal (Figura 4). Esta teve como objetivo identificar as principais características físicas do território, potenciadoras de albergar vestígios conectáveis com a ocupação antrópica existente no espaço de incidência direta do projeto.

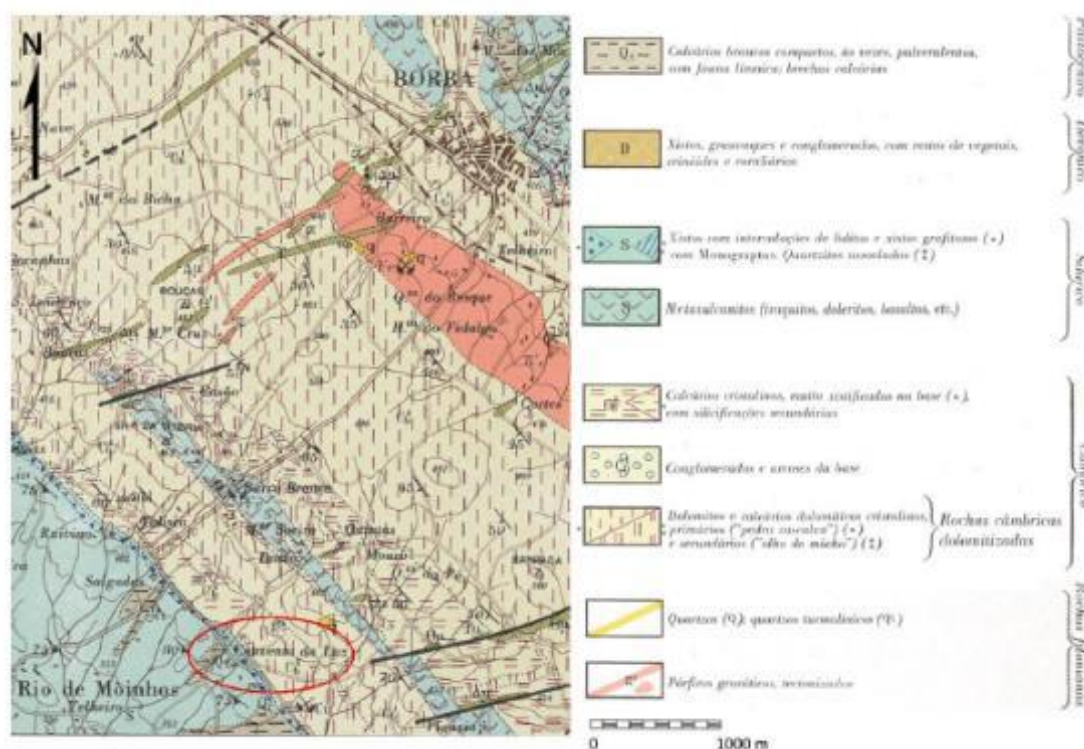


Figura 4 – Geologia envolvente à área de projeto. Carta Geológica de Portugal, folha 36-B Estremoz (escala 1:50 000).

A Herdade do Convento da Luz situa-se na zona de Ossa-Morena, uma das unidades do Maciço Ibérico, mais concretamente no sector de Estremoz-Barrancos. A altimetria desta região varia entre os 210m e os 655m, com correspondência na variação geológica presente nesta área, dividida entre o Planalto de Estremoz a NE, a Depressão de Terena na parte central e a Serra d'Ossa a SW.

Assim, as zonas de altimetrias mais elevadas dividem-se entre a Formação de Barrancos (Ordovícico inferior), responsável pelo relevo que se ergue a SW da Ribeira de Têra e do Lucefecit, que marca o início da Serra d'Ossa, com solos pouco espessos, com fraco potencial agrícola (classes D e E), e a formação dos mármore dolomíticos de Estremoz (Câmbrico inferior), responsáveis pelos relevos do sector NE do Convento da Luz, com boas manchas de terras agrícolas, potenciadas pela abundância de água e pela presença de solos argilosos, relacionados com a alteração dos calcários (terra rossa). Entre eles, a Formação de Terena (Devónico inferior) que aflora ao longo da depressão topográfica, de orientação NW-SE, na qual se instalou a Ribeira do Lucefecit, que pertence à bacia hidrográfica do rio Guadiana, que é a principal linha de água existente na área abrangida pelo projeto, a SW.

As Memórias Paroquiais de 1758 referem que se trata de uma ribeira que *“costuma secar-se, e deixar de correr, em vindo o tempo do Verão; por conta de lhe tirarem as águas, para regarem feijoadas na dita freguesia de S. Tiago de Rio de Moinhos: esta ribeira se compõe das águas que saem dos montes da Serra de Ossa, das águas dos nascentes da freguesia de São Tiago, e dos nascentes desta freguesia: corre de Norte a Sul: cria boas pardenhas, e singulares bordados, e também algumas bogas: as suas margens se cultivam, e dão muito trigo, e cevada: em toda a parte conserva o mesmo nome. Nesta ribeira há muitos moinhos de fazer farinha no tempo do Inverno, e também tem um lagar de azeite (.../...) nunca ouvi dizer, que de suas áreas se tirasse ouro, ou prata. Nunca ouvi dizer que deixassem de ser livres as suas águas, e pescarias”* (Olival et al, 2023: 112-113).

Mercê destas diferentes formações geológicas resulta a presença de diversos recursos litológicos, como os mármore (muito explorados em época romana), da Formação Dolomítica de Estremoz, as rochas xistosas, o arenito e os quartzitos, presentes na Formação de Barrancos, e o xisto e o grauvaque característicos da Formação de Terena. Entre estes recursos, a pequena ocorrência de minerais metálicos, nomeadamente óxidos de ferro e manganês, e a mineralização de cobre, associado a estruturas filonianas, presentes a poucos quilómetros a NW da Herdade do Convento da Luz, nomeadamente, na Herdade da Mostardeira.

Não existem indícios arqueológicos (materiais) relativos à antiguidade, ou exploração destes recursos litológicos e minerais. No entanto, para os períodos mais recuados (Calcolítico) a exploração era superficial, ou seja, o minério explorado era apenas o que existia à superfície, pelo que não se pode excluir que essas minas tenham sido utilizadas neste período. Efetivamente, regista-se a presença de diferentes tipos de povoamento, em diferentes períodos cronológicos, associados às diferentes altimetrias, geologias e potenciais de uso do solo. O povoamento romano e posterior, surge associado a cotas mais baixas, com áreas mais abertas e aplanadas, enquanto o povoamento da Pré-história Recente e Proto-história privilegia cotas intermédias e mais elevadas, com relevos mais ondulados e íngremes (associados à Serra d'Ossa).

04.03/ Análise Toponímica

A análise toponímica teve por base os registos constantes nas folhas 426, da Carta Militar de Portugal. Os topónimos foram considerados pelo seu potencial indicador na identificação de sítios arqueológicos e/ou arquitetónicos. Efetivamente, estes podem fornecer dados sobre a existência de anteriores ocupações, circunstâncias geográficas e ambientais, ou vestígios já desaparecidos, determinantes para a estruturação, presente e passada, da ocupação antrópica na área de estudo.

Da pesquisa realiza resulta que os topónimos mais frequentes se podem organizar em cinco grupos, i) os indicadores de estatuto social, raça ou posse, como “mouro” ou “El-Rei”, ii) os referentes ao território natural, como “águas”, “barro” ou “rio”; iii) os indicadores religiosos, como “santa”, “santo” ou “freiras”, iv) os relacionados com atividades económicas, como “moinhos” ou “laranjal” e os que, potencialmente, indicam território com antecedentes militares, como “defesa” ou “forte”, que se sistematizam na Tabelas 1.

Tabela 1 - Lista dos topónimos localizados na envolvente à área de estudo

Topónimo	Interpretação	Categoria
Ribeira do Lucefecit	Recurso hídrico	Natural
Ribeira de S. Tiago	Recurso hídrico	Natural
Ribeira da Salgada	Recurso hídrico	Natural
Ribeira da Lagoa	Recurso hídrico	Natural
Ribeira das Nogueiras	Recurso hídrico	Natural
Barranco das Nogueiras	Recurso hídrico	Natural
Ribeira do Álamo	Recurso hídrico	Natural
Barranco das Janelas	Recurso hídrico	Natural
Ribeira de Bencatel	Recurso hídrico	Natural
Senhora da Vitória	Estruturas construídas - Ermida	Património Religioso
Monte dos Anjos	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Cruz do Coelho	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Pisão da Laranjeira	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular

S. Gregório	Ed. e estruturas construídas agrícolas; Ermida	Património vernacular e Religioso
Monte do Mouro	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Quinta do Pó	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Monte das Figueiras	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Monte Travassos	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Quinta da Vigária	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Vinhas Novas	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Horta das Nogueiras	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Monte d'El Rei	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Senhora das Mercês	Estruturas construídas - Ermida	Património Religioso
Horta Nova	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Álamo	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Fuzeira	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Horta do Forte	Ed. e estruturas const. industriais	Património vernacular
Capelinha	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Forte da Estrada	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Hortinha	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Azenha da Saúde	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Azenha da Misericórdia	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Aldeia da Freira	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Horta da Cavaleira	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular
Monte da Defesa de Baixo	Ed. e estruturas construídas agrícolas	Património vernacular

A análise toponímia - considerando que à exceção do topónimo – Convento da Luz -não existirem topónimos dentro da área de incidência direta e indireta do projeto - foi alargada ao território entre a Serra D'Ossa, Rio de Moinhos e Bencatel. Esta remete-nos para uma área densamente irrigada e povoada, onde é perceptível a importância das atividades agro-pastoris, as indústrias de moagem, as referências religiosas e a clara referência a contextos militares.

Em termos gerais, esta área segue o padrão do existente no Alentejo Central, que se encontra marcada pela presença dos montes alentejanos. Estes remetem para formas, mais ou menos recentes, de ocupar e estruturar a paisagem. O termo “Monte” encontra-se definido como o “*conjunto das casas de uma herdade no Alentejo, geralmente numa elevação, onde se situa a moradia e outras dependências*” (Priberam da Língua Portuguesa)

Do ponto de vista dos indícios arqueológicos, apenas as designações de Forte, Defesa e Mouro poderão apontar para a eventual presença de vestígios materiais relacionados com a ocupação muçulmana e os episódios das guerras da guerra da Restauração, nesta região. Contudo, nenhum destes topónimos – à exceção da nomeação do “*Convento da Luz*” se encontra dentro da área de incidência direta ou indireta do projeto.

04.04/ Património arquitetónico classificado e em vias de classificação

A Herdade do Convento da Luz encontra-se abrangida pelas seguintes servidões administrativas (Figura 5):

- Terreiro da Batalha de Montes Claros, nas Herdades de Travassos e Nogueiras e nas Herdades da Fuseira e Álamo, freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora, em Vias de Classificação, de acordo com o Anúncio n.º 212/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 171, de 2 de setembro de 2020, acrescida da respetiva zona geral de proteção (ZGP);
- Terreiro da Batalha de Montes Claros, freguesia de Rio de Moinhos, concelho de Borba, distrito de Évora, Monumento Nacional, de acordo com o Anúncio n.º 12206/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, N.º 107, de 1 de junho de 2012;

- *Zona Non Aedificandi* - ZEP do Terreiro da Batalha de Montes Claros, definida pela Portaria n.º 512/2013, publicada no Diário da República, 2.ª série, N.º 145, de 30 de julho de 2013.

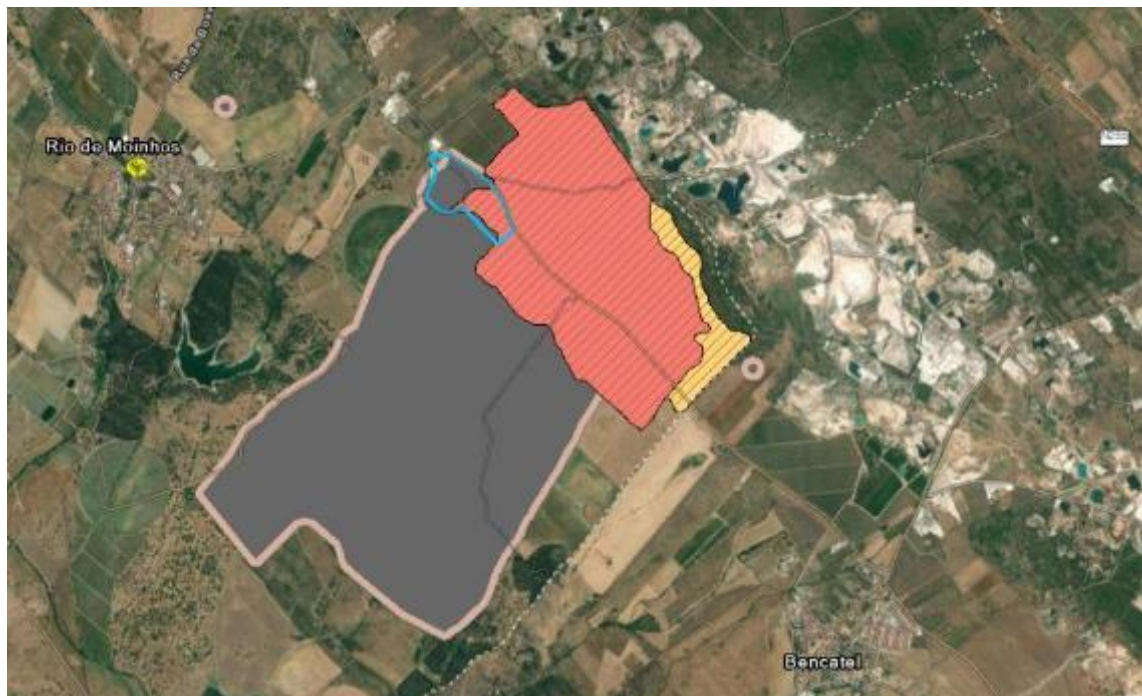


Figura 5 – Localização da Herdade do Convento da Luz em Ortofotomapa (limites a azul) (Fonte: *Atlas do Património Classificado e em Vias de Classificação*)

-  Terreiro da Batalha de Montes Claros, em Vias de Classificação;
-  ZGP do Terreiro da Batalha de Montes Claros, em Vias de Classificação;
-  Terreiro da Batalha de Montes Claros, Monumento Nacional, incluindo a Zona Non Aedificandi;
-  ZEP do Terreiro da Batalha de Montes Claros incluindo a Zona Non Aedificandi.

No interior da área de incidência direta do projeto, abrangidas pelo Terreiro da Batalha de Montes Claros, em Vias de Classificação, e respetiva zona geral de proteção (50m) encontram-se localizados os seguintes edifícios (Figura 6):

- Espaço A - Convento da Luz e respetiva igreja;
- Espaço B – antigas cavaleriças;
- Espaço C, D, E, F, G - espaços de habitação e/ou relacionados com o desenvolvimento das atividades quotidianas de uma exploração agrícola;
- Espaço H – armazém e tanque.



Figura 6 - Edifícios construídos no interior da área de incidência direta do projeto.
(Fonte: Imagem de Satélite)

No âmbito dos trabalhos de pesquisa documental foi consultado o Processo de Classificação “TERREIRO ONDE OCORREU A BATALHA DE MONTES CLAROS (BORBA)” (DRE/2004/07-03/288 e CSA 59412), depositado no Arquivo da Divisão de Património da CCRD Alentejo, na Rua de Burgos.

O processo tem 6 volumes e inicia-se em 09.01.2002 (IPPAR) e inclui (em alguns documentos) as Batalhas dos Atoleiros, Ameixial, Linhas de Elvas e Montes Claros. A proposta de classificação deste conjunto de batalhas parte do Exército Português (Chefe de Estado Maior do Exército, General Luís Vasco Valença Pinto) e obtém parecer positivo do IPPAR, tendo o primeiro processo de classificação sido aberto no dia 15 de dezembro de 2004 – ao longo dos anos este processo teve sucessivos recuos, que passou, inclusive, pelo seu encerramento.

Em todas estas fases, os proprietários dos terrenos abrangidos, foram notificados, assim como a autarquia de Borba. Durante este período temporal,

também ocorreram transferências de propriedade entre os coproprietários, nomeadamente do Convento da Luz. Também por motivo de falecimento de um dos proprietários a propriedade passa para a União das Misericórdias Portuguesas.

Em 2005, o proprietário da parcela da Herdade dos Travassos e Nogueiras (Joaquim da Silva Barroso) informa que praticam agricultura intensiva com vinhas, pomares, olival e outras culturas arvenses possuindo também estruturas (armazéns) de apoio (15/03/2005) o que, do ponto de vista arqueológico é bastante significativo pois traduz os impactos que a agricultura intensiva, mecanizada, provocou nesta área desde, pelo menos, a 2ª metade do séc. XX.

É ainda evidente que a entidade que vai sempre mantendo este processo tendencialmente ativo, é o Exército Português, que contesta, sempre, as decisões de revogação desta classificação por contraste à posição dos proprietários que, com o decorrer dos anos, cada vez mais vão contestar esta classificação, apresentando vários pareceres jurídicos.

Da parte da tutela do Património (IPPAR/IGESPAR/DRC Alentejo) existem numerosos documentos, muito similares e remetendo, a maioria, para a Memória Descritiva apresentada na 1ª proposta de classificação, assinada pelo Prof. Doutor Pedro Barbosa e pelo Prof. Duarte Pacheco de Sousa (12/01/2004) e que constituem o anexo 11 do processo de 2004.

Os documentos/ ofícios posteriores da tutela são, maioritariamente, assinados pelo jurista Hugo Porto, e apresentam a justificação da Classificação (a mesma informação é repetida em inúmeros documentos e parte da justificação apresentada pelo Estado Maior do Exército (de 11.02.2004, assinada pelo General Luís Vasco Valença Pinto):

1. Existência do Padrão Comemorativo;
2. Referências históricas que referem que o Marquês de Caracena que comandava o exército castelhano se posicionou no Monte da Vigária;
3. que a batalha se realizou nas imediações do Convento de Nª Sr.ª da Luz;
4. A existência de vinhas nesta área que permanecem na atualidade;
5. O Conde da Ericeira no livro “Portugal Restaurado” descreve a batalha e verifica-se a existência de semelhanças na topografia e toponímia.

Na descrição geral refere-se necessidade de preservar o local, através do impedimento do crescimento de construções e alargamento das pedreiras e sugerem-se algumas medidas como, identificação de eventuais trincheiras,

estacas ou fossos, recuperar utensílios pessoais e bélicos dos soldados, identificar sepulturas (por ser comum, à data da batalha, a abertura de valas comuns).

Memória Descritiva apresenta sobretudo uma resenha do contexto político de 1580-1640 e uma breve descrição da batalha. Neste documento refere-se, apenas que o Convento da Luz, apesar de já existir à data e de ser referido, não foi utilizado durante a batalha razão pela qual não integrou a proposta de classificação inicial que, recorde-se apresentava e justificava os limites propostos (N, S, E, W).

Em 2011, o parecer solicitado pelo IGESPAR à Secção do Património Arquitetónico e Arqueológico (SPAA) do Conselho Nacional de Cultura (CNC), assinado por Cláudio Torres (7 novembro de 2011) torna a reiterar a imprecisão existente sobre esta Batalha e que a sua localização foi determinada com base na i) informação oral; ii) fontes históricas; iii) toponímia. Neste parecer é dado parecer favorável à nova proposta de classificação, ZEP e Zona “*non aedificandi*”, mas, exclui-se a herdade do Pinheiro e o Convento da Luz também não está incluído na cartografia apresentada. Apesar de existirem pareceres e propostas posteriores, em nenhum deles consta o Convento da Luz.

04.05/ Património arqueológico

Tal como referido anteriormente, a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a consulta de arquivos e dos instrumentos de gestão territorial incidiram sobre o concelho de Borba, especificamente, sobre a freguesia de Rio de Moinhos, com o objetivo de inferir a sensibilidade patrimonial da área de estudo. Esta pesquisa que resulta, em muito, das informações constantes no Inventário Arqueológico de Borba (1992), no *Portal do Arqueólogo*, e no Regulamento do PDM de Borba em vigor (Edital n.º 35/2008, de 8 de janeiro), que nos permitiu registar a existência de 51 sítios arqueológicos, na freguesia em referência, distribuídos por diferentes cronologias (Gráfico 1) e tipologias de sítio (Gráfico 2).

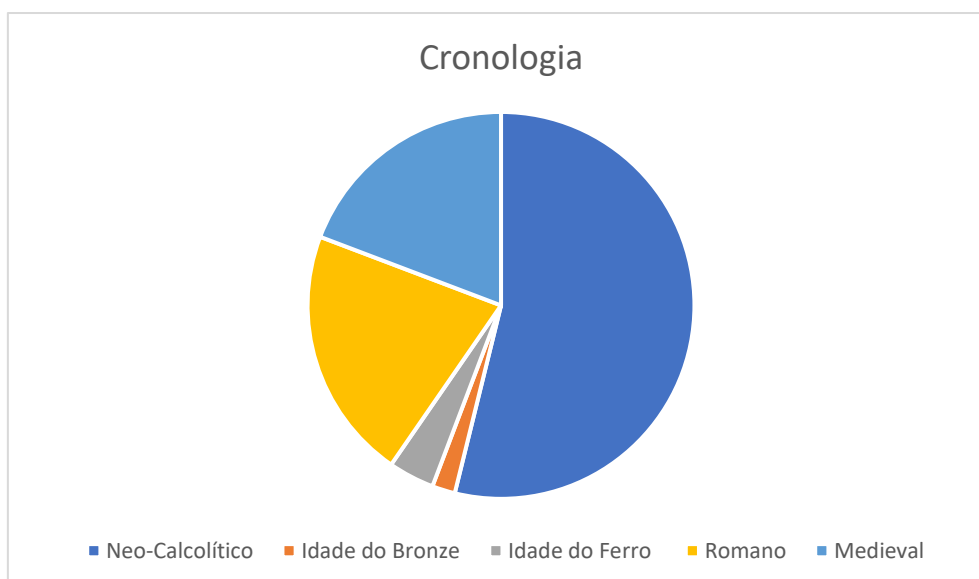


Gráfico 1 – Cronologia dos sítios arqueológicos listados na freguesia de Rio de Moinhos.

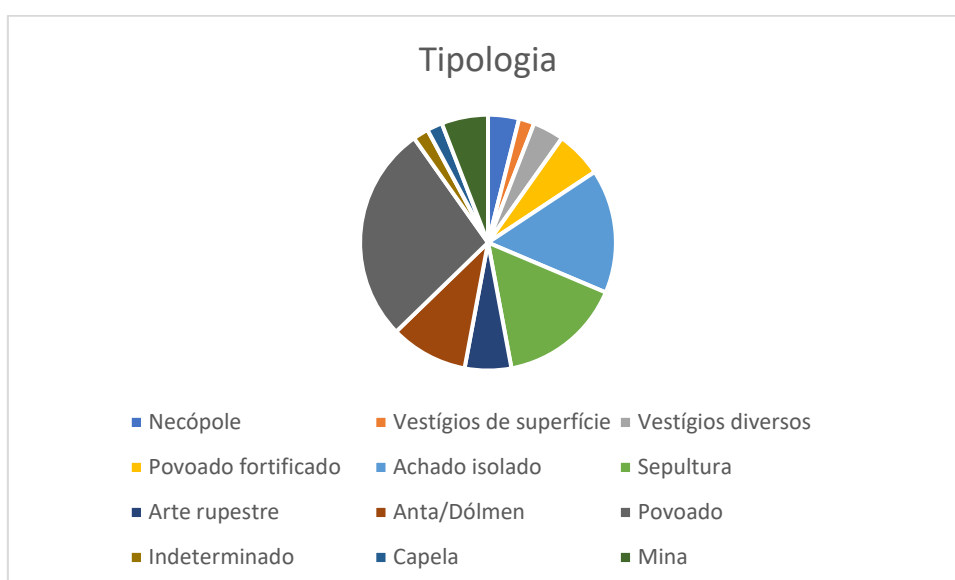


Gráfico 2 – Tipologia dos sítios arqueológicos listados na freguesia de Rio de Moinhos.

Entre os vestígios mais abundantes destacam-se os povoados, aos quais foi atribuída uma cronologia do neo-calcolítico, com base em trabalhos de prospeção arqueológica (Calado, 2004), dos quais resultaram a identificação de vestígios cerâmicos, pedra polida e vestígios de mós manuais. Entre estes, contam-se os sítios, por exemplo, de Boiças 1, S. Lourenço das Boiças, ou Quintais.

Os monumentos megalíticos encontram-se nesta região representados por quatro exemplares - Lagoa / Anta da Lagoa; Anta do Maldonado; Anta do Roque; Cruz do Coelho – nenhum dos quais se encontra com registo de uma intervenção arqueológica recente, encontrando-se Em Vias de Classificação, de acordo com o Anúncio n.º 17/2023, de 13 de fevereiro de 2023.

Da Idade do Ferro permitimo-nos destacar o Castelão da Horta das Nogueiras, um recinto que conserva alguns troços de muralha, que, em alguns troços, alcança uma altura superior a três metros. Assim como, o Castelão de Rio de Moinhos, descrito no Endovélico: *“(...) existem duas ocupações bem definidas estratigraficamente com duas muralhas parcialmente sobrepostas. Confirmou-se a existência de duas fases de construção das estruturas defensivas do povoado, tendo a segunda fase alterado substancialmente a planta das muralhas primitivas. A análise sumária do espólio não permite, por enquanto, grandes conclusões sobre a sua cronologia. Uma proposta provisória de datação para a fundação do povoado, situa-se em torno dos séculos III - IV A.C., e a fase final no século I A.C. (...) no qual foram realizadas quatro campanhas de escavação, no decurso dos anos noventa.*

As informações relativas ao período romano provêm, fundamentalmente, de informações resultante dos documentos municipais (Programa Rede Social Diagnóstico Social do Concelho de Borba 2015), que nos apontam para a possível existência de um conjunto de *villae* - “Villa” das Nogueiras; “Villa” da Defesa de Baixo; Castelão das Nogueiras e “Villa” dos Vilares – assim, como de três minas de exploração de ferro (Batanete, Raposeira e Tuno). Sobre estas não existe um registo científico (bibliografia ou bases de dados) devendo a atribuição tipológica ser encarada com algumas reservas.

As sepulturas e/ou necrópoles registadas são de época romana e medieval. Tratam-se, fundamentalmente, de sepulturas escavadas na rocha, disseminadas ao longo da Ribeira do Lucefecit, sendo a mais importante a do Monte da Louseira, com duas sepulturas romanas em mármore, uma de adulto e outra de criança, e cinco sepulturas antropomórficas escavadas na rocha, de época medieval.

A quantidade e diversidade dos sítios arqueológicos existentes na freguesia de Rio de Moinhos, ainda que com as reservas resultantes da ausência de trabalhos arqueológicos recentes, levam-nos a atribuir uma elevada sensibilidade arqueológica a este território, confirmando, os dados que tinham sido apontados pela análise fisiográfica da cartografia, que apontavam a existência de recursos

atrativos para as comunidades humanas. Contudo, apenas três sítios se localizam na proximidade relativa (buffer de 1000m) da área de incidência indireta do projeto (Herdade do Convento da Luz) (Figura 7; Tabela 1).

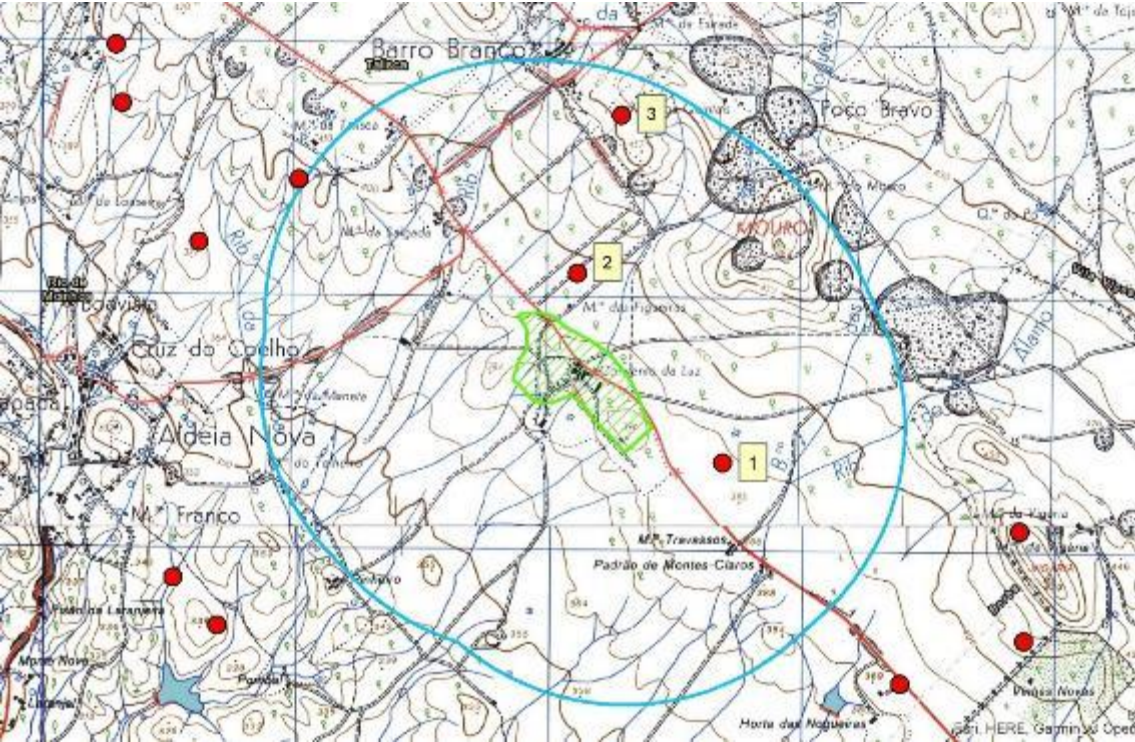


Figura 7 – Localização dos sítios arqueológicos na envolvente (buffer 1000m) da área de incidência indireta do projeto em Carta Militar 1:25 000 - folha n.º 426 (fonte: IgeoE).

Ref.	Designação	Tipologia	Cronologia	Bibliografia	Distância Área incidência Indireta
1	Travassos	Achado isolado	Neo-calcolítico	CNS29081; Calado, 2004	260m
2	Convento da Luz	Achado isolado	Neo-calcolítico	CNS29065; Calado, 2004 PDM de Borba	150m
3	Quintais	Povoado	Neo-calcolítico	CNS29077; Calado, 2004	780m

Tabela 1 – Sítios arqueológicos existentes no interior de um buffer de 1000m em trono da Herdade do Convento da Luz.

Na contabilização dos sítios arqueológicos integramos a área correspondente ao Terreiro da Batalha de Montes Claros, quer a área classificada como Monumento Nacional, quer a área Em Vias de Classificação, considerando a potencial existência de vestígios arqueológicos relacionados com este conflito, nomeadamente espólio osteológico dos soldados e animais que faleceram no combate, restos de projéteis, armas utilizadas, adornos pessoais e de vestuário, entre outros. Este localiza-se na área de incidência direta do projeto.

Refira-se que a Batalha de Montes Claros foi uma das operações militares mais emblemáticas da Guerra da Restauração, confronto que ocorreu a 17 de junho de 1665, numa ampla zona rural entre o Convento de Nossa Senhora da Luz, a Vigária e os contrafortes da Serra de Ossa, atravessada pela antiga via que une Vila Viçosa a Estremoz.

Neste terreiro confrontaram-se as tropas castelhanas comandadas pelo marquês de Caracena e as tropas portuguesas comandadas pelo marquês de Marialva, D. António Luís de Menezes (Figura 8). O desfecho desta batalha ditou o final da Guerra da Restauração e consagrou a autonomia política do reino de Portugal.

De acordo com a informação constante do processo de classificação do “*Terreiro da Batalha de Montes Claros*”, disponibilizada on-line pelo Património Cultural I.P., acrescenta: “*A tipologia patrimonial deste sítio inclui uma paisagem bem preservada, coincidente com a zona do posicionamento dos dois exército, o local onde ocorreram grande parte das mais significativas operações militares, o respetivo padrão comemorativo bem como a dimensão imaterial e memorial associada às implicações simbólicas e políticas da batalha.*”

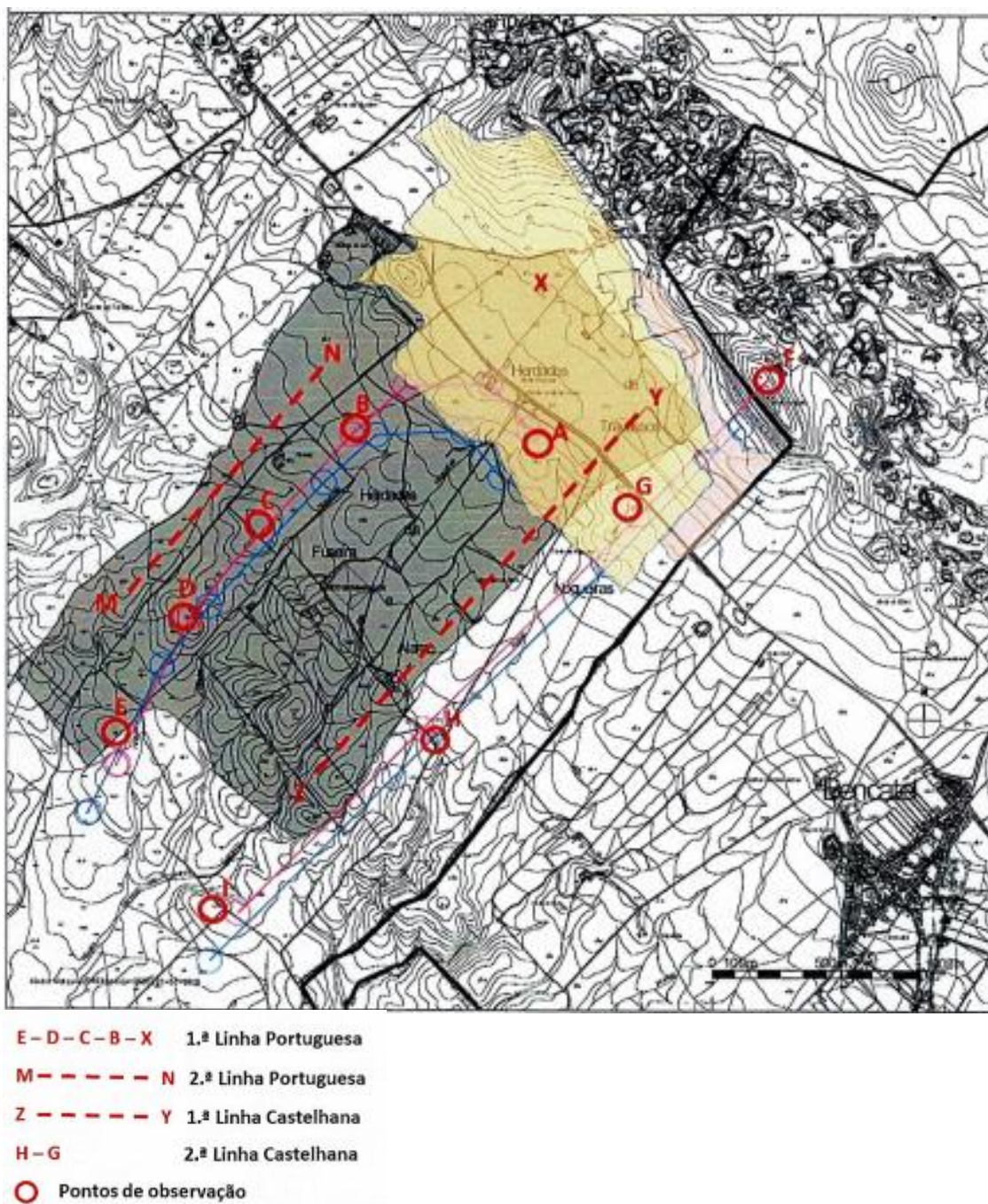


Figura 8 – Terreiro da Batalha de Montes Claros (fonte: Património Cultural I.P.)

04.06 | *Trabalhos de campo*

Os trabalhos de campo - relocalização e prospeção arqueológica sistemática da área de incidência direta e indireta do projeto - foram realizados no mês de outubro de 2024.

No decurso dos trabalhos de campo realizou-se a recolha de informação oral, junto dos trabalhadores que laboravam na Herdade, contudo, esta não conduziu

a qualquer informação inédita relativa ao património arquitetónico e arqueológico existente na área de afetação direta e indireta do projeto.

A equipa foi constituída por:

- Leonor Rocha: arqueóloga responsável pelos trabalhos arqueológicos;
- Tiago Calado: antropólogo, responsável pelos levantamentos de índole vernacular;
- Gertrudes Branco: investigadora do CHAIA associada a este projeto;
- Alunos de Arqueologia (1º Ciclo) da Universidade de Évora, com o apoio de investigadores do CHAIA (Centro de História de Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora).

A prospeção arqueológica registou uma área bastante antropizada, descrita em termos gerais:

- no lado Este do projeto, composta por construções recentes (estruturas e pavilhões agropecuários);
- no lado Sul, por jardins, terrenos baldios e construções (monte e estruturas pecuárias);
- no lado Oeste, terreno baldio;
- lado Norte – fora da área do projeto, limitado pela Estrada Municipal, seguida de áreas de vinha.

A visibilidade dos solos foi considerada boa/média para a identificação de materiais e/ou estruturas arqueológicas, à exceção das duas manchas identificadas na Figura 9, que apresenta uma maior concentração de vegetação. Na restante área, o coberto vegetal, é composto por vegetação rasteira, existindo uma pequena mancha de montado do lado Este, e uma pequena parcela agrícola. Em qualquer dos casos, a visibilidade dos solos era maioritariamente boa.



Figura 9 – Localização das duas áreas com menor visibilidade dos solos.

Fora da área de incidência direta e indireta do projeto, considerando ainda assim a proximidade relativa com o mesmo, foram prospetados os seguintes sítios arqueológicos, constantes da base de dados da tutela e da bibliografia da especialidade:

Convento da Luz (CNS: 29065) – Localizado a cerca de 150m dos limites externos da área de incidência indireta do projeto (Figura 7). Segundo a bibliografia (Calado, 2004) foi recolhido um instrumento de pedra polida (estado e tipologia não especificada) na área que se localiza a norte do projeto, atualmente com vinha. Toda a área foi prospetada intensivamente e não se identificou quaisquer vestígios de ocupação neocalcolítica. Por se encontrar noutra propriedade (fora da área de incidência direta e indireta) não será afetado por este projeto.

Travassos (CNS: 29081) - Localizado a cerca de 260m dos limites externos da área de incidência indireta do projeto (Figura 7). Segundo a bibliografia (Calado, 2004) foram recolhidas lascas de sílex (em número e tipologia não especificada). Toda a área foi prospetada intensivamente e não se identificou quaisquer

vestígios de ocupação neo-calcolítica. Por se encontrar noutra propriedade (fora da área de incidência direta e indireta) não será afetado por este projeto.

No decurso dos trabalhos de campo não foram identificados estruturas e/ou materiais arqueológicos, inclusive eventuais vestígios relacionados com a Batalha de Montes Claros tendo-se, contudo, procedido à localização e caracterização das estruturas construídas localizadas na área de incidência direta do projeto (Anexo I, Tabela 2,), atribuindo-se-lhe a nomenclatura do projeto

Ref.	Designação	Tipo	Cronologia
Ed. A	Igreja e Convento da Luz	Convento e Igreja	Moderno/Contemporâneo
Ed. B	Cavalariças	Cavalariças	Contemporâneo
Ed. C, D, E, F	Pavilhões	Pavilhão	Séc. XX
Ed. G	Monte 1	Habitação	Contemporâneo
Ed. H	Armazém e tanque	Armazém e tanque	Moderno/Contemporâneo

Tabela 2 – Estruturas construídas identificadas na área do projeto

Erro! A origem da referência não foi encontrada.



Figura 10 – Identificação das estruturas construídas dentro da área de incidência direta do projeto (área de intervenção) (Fonte: imagem de satélite).

05| AVALIAÇÃO CIENTÍFICA E PATRIMONIAL

05.01| Critérios de valoração patrimonial

A legislação exige a descrição qualitativa dos impactes expectáveis na sequência da execução do projeto (Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro). Perante esta exigência, não é possível passar da identificação de um impacte à determinação da sua significância, sem justificar a importância valorada dos elementos afetados. A propósito, a Circular “*Termos de Referência para o Património Arqueológico no Fator Ambiental Património Cultural em Estudos de Impacte Ambiental*” (2023) estipula a obrigatoriedade de se avaliarem sumariamente as ocorrências arqueológicas identificadas, com vista à hierarquização da sua importância científica e patrimonial, a qual deve estar na base da identificação e avaliação dos impactes previstos.

A circular recomenda como critérios: valor de inserção paisagística; valor de conservação; valor da monumentalidade; valor da raridade regional, valor científico e valor histórico.

Sobre esta matéria optamos por a proposta sumária de Real e Branco (2009), a qual considera alguns critérios relativos à valoração patrimonial dos sítios arqueológicos em contexto de avaliação de impacte ambiental. Nestes, a importância científica e patrimonial dos sítios arqueológicos é determinada em função de características intrínsecas – densidade de ocupação, estado de conservação – e extrínsecas – singularidade por período histórico, tipológico e funcional, aos quais acresce o conhecimento que sobre ele se detém, seja através de bibliografia, do usufruto comunitário, ou por via da proteção legal. Critérios e parâmetros de valoração patrimonial (Real e Branco, 2009):

- a. **Singularidade por período histórico:** equaciona a importância que o sítio arqueológico inventariado pode assumir, numa escala regional (dentro de uma mesma unidade de paisagem), relacionando-o com os paralelos conhecidos a nível cronológico. Parâmetro: indeterminado (1); exemplar único (9); dois exemplares (6); três ou mais exemplares (3);
- b. **Singularidade por tipologia funcional:** equaciona a importância que o sítio inventariado pode assumir, numa escala regional (dentro de uma mesma unidade de paisagem), relacionando-o com os paralelos conhecidos a nível

tipológico. Parâmetro: indeterminado (1); exemplar único (9); dois exemplares (6); três ou mais exemplares (3);

c. **Densidade de ocupação:** equaciona o número de períodos históricos documentados em cada sítio arqueológico, valorizando os que apresentem um maior potencial estratigráfico. Parâmetro: indeterminado (1); um período cronológico (3); dois períodos cronológicos (6); três ou mais períodos cronológicos (9);

d. **Proteção legal:** equaciona se existe algum tipo de proteção legal sobre o local. Parâmetro: Sem proteção (1); Classificação (5);

e. **Informação:** equaciona os conhecimentos disponíveis sobre o sítio referenciado, nomeadamente, a existência de intervenções arqueológicas devidamente documentadas, ou fontes bibliográficas. Parâmetro: Sem documentação (1); Inventariação (3); Bibliografia geral (5); Bibliografia específica (7);

f. **Acessibilidade:** considera a sua inclusão em redes de divulgação e fruição pública. Parâmetro: Sem infraestruturas (1); incluído em roteiros locais (3); incluído em circuitos nacionais (7);

g. **Estado de conservação:** equaciona o estado de conservação atual do sítio arqueológico. Parâmetro: indeterminado (1); parcialmente destruído (3); Médio (4); Bom (5); Restauro (7);

H. **Valor Patrimonial:** pondera a soma aritmética dos parâmetros utilizados, quanto maior for a cotação obtida, maior será o valor patrimonial atribuído ao Monumento ou Sítio. Assim:

- de 7 a 14: Valor Patrimonial Reduzido (R);
- de 15 a 24: Valor Patrimonial Médio (M);
- de 25 a 36: Valor Patrimonial Elevado (E);
- de 37 a 53 Valor Patrimonial Muito Elevado (ME).

Ref.	Designação	Tipo	SPH	SPF	DO	PL	I	A	EC	VP
SA1	Terreiro da Batalha de Montes Claros	Campo de batalha	9	9	3	5	7	7	5	ME
Ed.A	Igreja e Convento da Luz	Igreja e convento	9	9	6	5	7	7	5	ME
Ed.B	Cavaliariças	Cavaliariças	3	3	6	1	1	1	3	M

Ed. C, D, E, F	Pavilhões	Pavilhões	3	3	1	1	1	1	3	R
Ed. G	Monte 1	Habitação	3	3	3	1	1	1	5	M
Ed. H	Armazém e tanque	Armazém e tanque	3	3	1	1	1	1	4	R

Tabela 3 - Avaliação dos sítios e estruturas localizados na área de incidência direta do projeto.

06| IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

A avaliação de impactes deve ser estruturada de forma a dar cumprimento a um dos seus objetivos fundacionais: identificar, informar e prever os efeitos de determinado projeto sobre o ambiente. Neste contexto é imprescindível estabelecer uma relação entre as ocorrências patrimoniais e as ações previstas pelo projeto, passíveis de afetação em fase de construção, exploração e desativação, de forma a sustentar o caráter vinculativo das medidas de minimização propostas.

06.01| Descrição do projeto



Figura 11 – Layout do projeto (Fonte: Relatório síntese).

A intervenção centra-se no Convento da Luz e dependências anexas - antigas cavaliariças, armazéns e edifícios de apoio agrícola, que abaixo se detalham:

- **Edifício A - Convento da Luz**

O Edifício A corresponde ao Convento da Luz. Neste edifício pretende-se preservar a Igreja existente e adaptar o restante imóvel ao programa hoteleiro, prevendo aqui algumas das áreas de serviços, zonas comuns e unidades de alojamento.

Será o local da receção do empreendimento, e o edifício com o carácter mais histórico-cultural, pelas características arquitetónicas das diversas épocas que o edifício representa. A pretensão consiste na remodelação e alteração do interior do Convento, constituído por 3 pisos.

Neste edifício vão existir 13 unidades de alojamento, distribuídas por 10 quartos individuais, 2 quartos duplos e 1 suite. 12 unidades localizam-se no 1.º piso, onde também se encontra um bar, e 1 unidade (suite) localiza-se no 2.º piso. No

r/chão, a zona social do hotel, desenvolvem-se as áreas de serviço, receção e salão de entrada, e ainda um restaurante.

- **Edifício B – Antigas Cavalariças**

Neste edifício, constituído por 1 piso, vão existir 23 unidades de alojamento, distribuídas por 18 quartos individuais, 1 suites e 4 estúdios, e ainda um compartimento destinado a uso de serviço do hotel.

- **Edifícios C/D/E/F**

O conjunto de edifícios com carácter de armazéns, identificado como edifícios C, D, E e F, tendo em conta as suas características e o mau estado de conservação, pretende-se criar uma linguagem mais contemporânea integrada no local, sempre respeitando e enquadrado com os elementos envolventes. Nestes edifícios propõe-se o aumento da área bruta de construção com a adição de mais um piso, integrando um programa de unidades de alojamento com áreas de serviço de apoio às mesmas.

(i) Edifício C, constituído por 2 pisos, onde vão existir 54 unidades de alojamento, distribuídas por 51 quartos individuais e 3 quartos duplos, e ainda um compartimento destinado a uso de serviço do hotel.

(ii) Edifício D, constituído por 2 pisos, onde vão existir 62 unidades de alojamento, distribuídas por 60 quartos individuais e 2 suites, e ainda um compartimento destinado a uso de serviço do hotel.

(iii) Edifício E, constituído por 2 pisos, onde vão existir 43 unidades de alojamento, distribuídas por 43 quartos individuais, 4 arrumos, 2 zonas de serviço, e 23 escritórios dedicados à administração do empreendimento.

(iv) Edifício F, constituído por 2 pisos, onde vão existir 72 quartos para o staff, e ainda 4 arrumos.

- **Edifício G**

O edifício G, com a matriz composto por 1 piso e destinado a habitação, é proposta a sua remodelação e alteração para se adaptar à sua nova utilização – neste caso zona de serviços de apoio às unidades de alojamento, respeitando as características e sistemas arquitetónicos existentes.

- **Edifício H**

A proposta consiste na reabilitação e ampliação de um edifício existente que se encontra em ruínas. Neste edifício, constituído por 2 pisos, sendo um deles semienterrado, com uma cobertura vegetal, é onde se vão localizar as áreas técnicas de apoio ao empreendimento turístico, nomeadamente o restaurante, bares, spa e “*wellness*”, assim como as áreas de apoio ao pessoal, e à piscina e ao regadio.

É aproveitado o desnível natural do terreno e dos caminhos e muros existentes para enterrar a proposta com o menor movimento de terras possível, sendo proposto a realização de sondagens previamente à obra para assegurar a salvaguarda do que possa existir no subsolo.

A nascente deste edifício localiza-se um tanque/piscina existente, que serve para armazenar água para regadio dos terrenos adjacentes. Este edifício pretende não só dar apoio à piscina/tanque, mas também aumentar a ligação visual com diversos pontos de vista para a propriedade, para o terreiro da Batalha dos Montes Claros e para a Serra de Ossa.

O projeto contempla ainda a construção de dois campos de jogos, localizados entre o edifício F e a zona de estacionamento/sobreiros (Figura 12). O campo para futebol 5 será revestido composto por relva sintética e o campo polidesportivo por pavimento de betão poroso.

Prevê-se a instalação de duas zonas de estacionamento para viaturas, com 48 lugares com acesso pela entrada A e adjacentes ao edifício do Convento, servem diretamente os utentes deste conjunto edificado, e os restantes 102 lugares terão acesso pela entrada D, perfazendo 150 lugares de estacionamento. (Figura 13).

Sublinha-se que na **nova zona de estacionamento a sul, junto à zona de sobreiros, não haverá intervenção no solo, nem criação de qualquer infraestrutura ou abate de árvores.**

Os lugares de estacionamento são identificados com toros de madeira pousados sobre o terreno e pintura a cal, permitindo a permeabilidade do solo. Esta solução foi discutida e aprovada pela Direção Geral do Património Cultural, considerando a sua localização em *Zona Non Aedificandi*.

Todos os edifícios e serviços comuns do complexo, incluindo arranjos exteriores serão abastecidos através da rede pública de águas e esgotos, rede elétrica, rede de telecomunicações e instalações de gás.



Figura 12 – Localização e configuração dos campos de jogos.

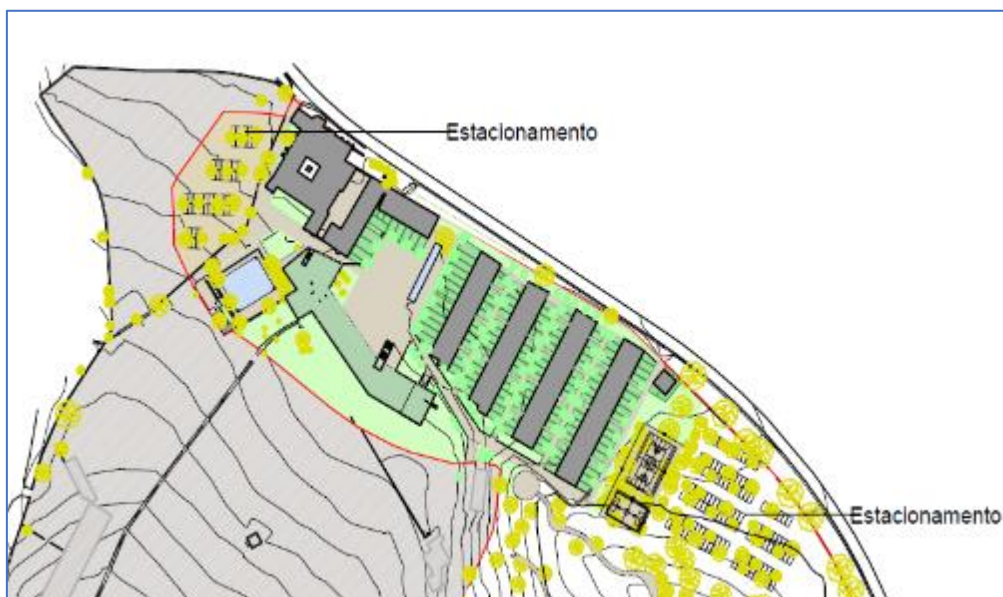


Figura 13 - Localização dos parques de estacionamento para visitantes.

A propósito do projeto, refira-se que o mesmo foi previamente submetido à apreciação da Direção Regional de Cultura do Alentejo, com a designação: “*Obra*

de reabilitação e ampliação de edifícios para instalação de empreendimento turístico na Herdade do Convento da Luz, em Borba” tendo merecido o seguinte despacho de aprovação por parte do Director-Geral do Património Cultural I.P., datado de 17.12.2022 (Ex-DRE/2022/07-03/42/POP/124120 (C.S:245009): “Aprovo nos termos propostos do despacho do Diretor de Serviços dos Bens Culturais da DRCALEN. Todavia, será de viabilizar o novo corpo localizado no “topo nascente do edifício H e a sul do edifício C”, em função da sua escassa dimensão e do adequado enquadramento arquitetónico no conjunto da proposta.” No que respeita a Apreciação de Arqueologia foram emitidas as seguintes condicionantes, que se transcrevem:

“(…)

I.2. CONDICIONANTES ARQUEOLÓGICAS

I.2.1. CONDICIONANTES GERAIS

a) Dada a sensibilidade patrimonial do conjunto patrimonial em causa: «Terreiro da Batalha de Montes Claros» e Conjunto conventual - «Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros», importa que a obra conte, desde as fases prévias, com as especialidades de **Arqueologia e Conservação e Restauro**;

b) Deverá ser realizada uma **Memória Histórica** onde conste uma recolha documental e iconográfica sobre o espaço onde se implanta o projecto e área envolvente: Terreiro da Batalha e Conjunto Conventual, de modo a enquadrar os trabalhos arqueológicos e o próprio projecto de arquitectura, podendo este vir a ser complementado à medida que for avançando o estudo arqueológico. Este estudo poderia, futuramente, servir de base a iniciativas de índole cultural a realizar neste espaço, bem como ser alvo de publicação e venda.

I.2.2. CONDICIONANTES ESPECÍFICAS

A) «Zona do Terreiro da Batalha de Montes Claros Em Vias de Classificação».

Nota prévia: À semelhança de outros campos de batalha europeus da mesma época, este espaço possuiu um forte potencial arqueológico sendo por isso necessário estudar, e calcular, como será possível minimizar prováveis impactes sobre vestígios arqueológicos relacionados com este conflito que ainda possam existir no terreno, nomeadamente espólio osteológico dos soldados e animais que pereceram no combate, restos de projéteis, armas utilizadas etc, podendo vir a contribuir para uma investigação pluridisciplinar e científica da arte da guerra deste período.

1. Tendo em conta o referido na nota de introdução, deverão realizar-se um conjunto de sondagens arqueológicas de diagnóstico prévias ao início da obra distribuídas pela totalidade da área prevista para a construção de edifícios ou infraestruturas novas aprofundando-se até à cota de afectação. A intervenção preconizada tem como objectivo avaliar o potencial arqueológico, bem como caracterizar, por amostragem, a natureza dos depósitos e eventuais estruturas presentes. Após a apresentação à Tutela do Património dos resultados destas sondagens, será avaliada a necessidade de outras medidas cautelares de minimização do impacto negativo da empreitada, incluindo o adequar das soluções propostas pelo projecto, ao valor científico e patrimonial dos bens que

possam surgir. A intervenção será da responsabilidade de um arqueólogo que terá de apresentar à Tutela do Património o respectivo Plano de Trabalhos Arqueológicos a realizar, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro;

2. De modo a minimizar possíveis impactes sobre vestígios arqueológicos relacionados com a batalha, deverá ser garantido o acompanhamento arqueológico integral de todas as operações que impliquem alterações do solo e/ou subsolo, nomeadamente: movimentação de terras, escavações e abertura de valas, desmatações, plantações, depósitos e empréstimos de inertes, não apenas na fase de construção, mas desde as suas fases preparatórias. Cabe aos promotores garantir o acompanhamento arqueológico das obras, conforme determinam os n.ºs 3 e 4 do Artigo 79.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro. O acompanhamento implica a presença efectiva de um arqueólogo que deverá apresentar os necessários pedidos de trabalhos à DGPC em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro;

3. O início de qualquer trabalho no âmbito do projeto deverá ser comunicado atempadamente à equipa de arqueologia de modo a garantir um acompanhamento continuado e efetivo;

4. Se existir mais que uma frente de obra a decorrer em simultâneo, terá de se garantir o acompanhamento de todas as frentes;

5. Na eventualidade de surgirem vestígios arqueológicos ao nível do subsolo, deverá ser informada a entidade da tutela, a fim de ser reavaliada a situação em presença, para se proceder à aplicação de medidas cautelares e de salvaguarda do património;

B) «Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros»

Nota prévia: considera-se que, de uma forma geral, as medidas propostas no Relatório Prévio (pag. 37 a 38) são positivas devendo, no entanto, ser cumpridas as seguintes:

1. Previamente à obra realizar um levantamento integral e pormenorizado do convento (gráfico e fotográfico);

2. Realização de um conjunto de sondagens arqueológicas prévias ao início da obra. Estas sondagens de diagnóstico serão distribuídas pelas áreas onde se prevê ocorrerem acções que tenham impacto no solo e subsolo, abrangendo os diversos pisos e espaços do convento. A intervenção preconizada tem como objectivo avaliar o potencial arqueológico, bem como caracterizar, por amostragem, a natureza dos depósitos e eventuais estruturas presentes, nomeadamente antigos pisos. Após a apresentação à Tutela do Património dos resultados destas sondagens, será avaliada a necessidade de outras medidas cautelares de minimização do impacto negativo da empreitada, incluindo o adequar das soluções propostas pelo projecto, ao valor científico e patrimonial dos bens que possam surgir. A intervenção será da responsabilidade de um arqueólogo que terá de apresentar à Tutela do Património o respectivo Plano de Trabalhos Arqueológicos a realizar, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro;

3. Na análise efectuada ao Relatório Prévio, confirma-se a existência de diversas sepulturas na igreja e no claustro. Assim, de modo a evitar impactes sobre estes

contextos não devem ser realizados trabalhos que impliquem qualquer tipo de afectação do solo e subsolo nestes locais, incluindo deslocação de elementos pétreos que compõem as tampas ou outros materiais existentes, bem como furos, abertura de roços etc. De notar que todo o pavimento existente no interior da igreja assim como na zona do claustro e em redor da entrada no templo junto à estrada, são zonas onde o impacte sobre enterramentos humanos pode ser maior, pois, habitualmente, eram locais escolhidos como cemitério. Apesar de se considerar importante evitar estes impactes através do acima exposto, tendo em conta o contexto conventual, é provável que, inadvertidamente, possam surgir enterramentos noutras locais sendo por isso necessário ter em atenção o n.º 1 do art.º 11 do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de Novembro que determina o seguinte: «Na escavação de contextos onde se presume a existência, ou sejam identificados, vestígios osteológicos humanos a equipa técnica integra, pelo menos, um especialista em antropologia física»;

4. Sempre que se proceder a picagens das paredes interiores e exteriores, deverá ser tido previamente em conta se se trata de revestimentos históricos com interesse preservar;

5. As paredes ou abóbadas que sejam objecto de alteração, picagem ou demolição deverão ser alvo de sondagens prévias de diagnóstico executadas por um técnico de conservação e restauro dada a possibilidade de surgirem vestígios, ou áreas cobertas por pintura mural presentemente ocultas por camadas de pintura. No caso de serem detectadas pinturas, devem as mesmas ser registadas e preservadas mediante soluções tecnicamente fundamentadas;

6. Sempre que se proceder a picagens (íntegrais ou não), ou demolições de paredes interiores, ou exteriores, e após as sondagens de diagnóstico referidas no ponto anterior, deve a equipa de arqueologia proceder ao registo da estratigrafia parietal utilizando um registo gráfico e/ou fotográfico - fotos panorâmicas e, caso seja possível, a um levantamento fotogramétrico;

7. Com base neste registo e através de uma análise fundamentada no método da «Arqueologia da Arquitectura», integrando o estudo das técnicas, materiais e métodos de construção, com a eventual recolha de amostras, será possível ficar a conhecer melhor o percurso histórico-constructivo do Convento da Luz que permanece por esclarecer;

8. O resultado do estudo referido no ponto anterior deve ser tido em conta no desenvolvimento do projecto de arquitectura de modo a permitir compatibilizar os vestígios mais relevantes com as opções do projecto;

9. Em fase de obra deve ser garantido o acompanhamento por parte de um arqueólogo sempre que exista qualquer intervenção sobre as pré-existências dos edifícios A e B (solo, subsolo e paredes) tanto no interior como no exterior, visto poder tratar-se do mesmo conjunto patrimonial, tendo em atenção que o Edifício B poderá ocultar outras fases de construção mais antigas;

10. Deverá ser tido em conta todo o sistema hidráulico que possa ainda existir (de alimentação do convento e do terreno de cultivo) de modo a ser efectuado o seu registo e preservação in situ sempre que se trate de elementos relevantes;

11. O relatório final de arqueologia a apresentar à Tutela do património deverá incluir as duas componentes de análise arqueológica: edificado e resultados da

intervenção ao nível do subsolo, de modo a melhor compreender a evolução deste importante conjunto conventual;

12. O património móvel ou integrado deve ser protegido e, em caso de ser necessário proceder a acções de restauro terá de contar com técnicos da área da conservação e restauro devidamente habilitados;

13. Propõe-se que os pavimentos em mosaico hidráulico sejam o mais possível preservados, mas, no caso da sua remoção, serem devidamente salvaguardados. (...)"

06.02/ Síntese das ações passíveis de impacte patrimonial (por fase)

Em **fase de construção** estão previstas um conjunto de ações, passíveis de impacte patrimonial:

- Alteração do uso do edificado, de habitacional e armazéns, para estabelecimento hoteleiro;
- Intervenção nos edifícios B, C, D, E, F, G e demolições parciais;
- Recuperação/conservação/valorização do edifício A (convento) e preservação da respetiva Igreja;
- Construção de novo edificado semienterrado - edifício H (aumento da área de impermeabilização (área de implantação = 1933 m²);
- Movimentação/escavação para implantação do edifício H (< 3 m de profundidade);
- Construção de ramal enterrado e sua distribuição aos vários edifícios, para ligação ao abastecimento de água municipal;
- Instalação dos campos de jogos;
- Criação de acessibilidades internas (provisórias e/ou definitivas);
- Instalação de estaleiro provisório;
- Instalação do estacionamento para viaturas (150 lugares de estacionamento, 48 lugares junto ao edifício A + 102 lugares na zona Sudeste do terreno de intervenção);
- Instalação de rede iluminação/telecomunicações;
- Reabilitação do tanque de rega para novo uso (piscina) e reativação da ligação entre o poço do claustro e o tanque/piscina (aproveitamento de águas pluviais dos telhados do convento e claustro);
- implantação das infraestruturas necessárias ao funcionamento do empreendimento hoteleiro – vias de circulação, estacionamento, redes de águas e esgotos, rede elétrica, rede de telecomunicações e instalações de gás.

Em **fase de exploração** e **fase de desativação** os impactos previstos poderão ser decorrentes das seguintes ações:

- Obras de manutenção do edificado, nomeadamente, na Igreja e Convento da Luz;
- Manutenção do sistema de iluminação/telecomunicações, dentro da área classificada e/ou em vias de classificação;
- Manutenção do parque de estacionamento;
- Manutenção das acessibilidades internas;
- Desativação do empreendimento turístico com Oferta de serviços na área da restauração e wellness em área Classificada como Monumento Nacional pela DGPC ou em vias de classificação.

06.03/ Metodologia de avaliação de impacto

A lei exige a descrição qualitativa dos impactos esperados quer positivos, quer negativos, nas fases de construção, exploração e desativação, com explicitação dos critérios metodológicos utilizados. Esta deverá ter em conta a avaliação e hierarquização da importância científica e patrimonial das ocorrências patrimoniais identificadas.

A avaliação de impactos deste projeto teve em conta a valoração das ocorrências patrimoniais, acrescida dos seguintes critérios, em conformidade com o requerido pela legislação em vigor (Decreto-lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro):

a. **Efeito** (Ef) – é determinado em função das ações previstas pelo projeto - o impacto é direto se for provocado pelas ações decorrentes do projeto, e indireto, se for induzido por ações secundárias resultantes da execução do mesmo, como sejam impactos visuais, vibrações, poluições, entre outros.

Parâmetros: direto, indireto (ação ≤ 5m)

b. **Natureza** (N) - A natureza do impacto é considerada negativa quando é suscetível de prejudicar a integridade física e o enquadramento ambiental de uma ocorrência patrimonial. Em contraponto, um impacto de natureza positiva, potencia as condições de preservação, valorização e divulgação das ocorrências inventariadas. A natureza é nula quando não se prevê qualquer impacto.

Parâmetros: negativo, positivo, nulo.

c. **Extensão** (Ex) - determina a área sujeita a impacto face a área total da ocorrência patrimonial.

Parâmetros: total (100%); maioritária (60% a 100%); metade (40% a 60%), minoritária (10% a 40%), marginal (0% a 10%) e nenhuma (0%).

d. **Magnitude** (M) - A ponderação da magnitude relaciona a extensão da área afetada e o valor patrimonial da ocorrência.

Parâmetros: pouco significativa, significativa, muito significativa.

a. **Efeito temporal** (Et) - Este parâmetro pondera o tempo de duração do impacto desde o seu início à reposição da situação antecedente a execução do projeto.

Parâmetros: permanente, temporária

f. **Significância** (S) - considera o rácio a partir do qual se mede qualitativamente o impacto, considerando a ponderação obtida a partir da análise dos vários parâmetros de avaliação definidos.

Parâmetros: pouco significativo, significativo, muito significativo.

g. **Acumulação** (A) - considerar os impactes no ambiente que resultam do projeto, em associação com outros projetos existentes ou previstos, bem como os projetos complementares ou subsidiários.

Parâmetros: secundário, cumulativo.

h. **Momento** (M) - caracteriza o prazo estimado entre a ação e o início da afetação do elemento patrimonial.

Parâmetros: Curto, médio e longo prazo.

Valor patrimonial	Reduzido		Médio	Elevado	Muito elevado	
Efeito	Direto		Indireto			
Natureza	Negativo		Positivo		Nulo	
Extensão	Total	Maioritária	Metade	Minoritária	Marginal	Nenhuma
Magnitude	Pouco significativa		Significativa		Muito significativa	
Efeito temporal	Permanente		Temporária			
Significado	Pouco significativo		Significativo		Muito significativo	
Acumulação	Secundário		Cumulativo			
Momento	Curto		Médio	Longo		

Tabela 4 - Síntese dos critérios e parâmetros de avaliação de impactes

06.04/ Avaliação de impactes

Analisada as ações previstas pelo projeto, assim como os resultados obtidos na caracterização da situação de referência patrimonial, concluímos que a execução do projeto acarreta os seguintes impactes patrimoniais:

Ref.	Designação	Tipo	VP	E	N	Ex	M	ET	S	A	M
SA1	Terreiro da Batalha de Montes Claros	Campo de batalha	ME	D	N	Ma	Ms	P	Ms	S	C
Ed.A	Igreja e Convento da Luz	Igreja e convento	ME	D	P	Mai	Ms	P	Ms	S	C
Ed.B	Cavaliariças	Cavaliariças	M	D	P	T	Ps	P	PS	S	C
Ed. C, D, E, F	Pavilhões	Pavilhões	R	D	P	T	Ps	P	PS	S	C
Ed. G	Monte 1	Habitação	M	D	P	T	Ps	P	PS	S	C
Ed. H	Armazém e tanque	Armazém e tanque	R	D	P	Me	Ps	P	PS	S	C

Tabela 5 - Síntese de avaliação de impactes em fase de construção.

6.4.1 | Fase de Construção

Na fase de construção do projeto do “Complexo Turístico, Cultural e Paisagístico da Herdade Convento da Luz” foram identificados **impactes positivos diretos** sobre as estruturas construídas, localizadas dentro da sua área de incidência direta, decorrentes do facto de este prever a sua recuperação, conservação e valorização.

Nestes se inclui a reabilitação do tanque de rega para novo uso (piscina) e reativação da ligação entre o poço do claustro e o tanque/piscina (aproveitamento de águas pluviais dos telhados do convento e claustro).

Os **impactes negativos diretos** previstos decorrem sobre o potencial arqueológico do “Terreiro da Batalha de Montes Claros (SA1)”. Este impacte é de magnitude muito significativa, decorrente das movimentações/escavação de terras para a implantação do edifício H, instalação de redes enterradas de abastecimento de água, iluminação, e telecomunicações, criação de acessibilidades internas, e localização de estaleiro provisório.

6.4.2 | *Fase de Exploração e Desativação*

Em **fase de exploração** e desativação estão previstas ações de manutenção, e eventual desativação, das estruturas existentes, não sendo previsíveis impactes sobre o património classificado e Em Vias de Classificação.

A propósito refira-se que eventuais impactes serão precavidos pela necessária solicitação de parecer prévio à entidade que tutela o património cultural, considerando que o projeto se encontra incluindo dentro da área de servidão do Terreiro da Batalha de Montes Claros, obedecendo qualquer intervenção ao disposto no Decreto-Lei 140/2009 de 15 de junho, na sua redação atualizada.

07| MEDIDAS DE MINIMIZAÇÃO

Como tem sido referido, o espaço a intervencionar possui um conjunto edificado, com diferentes cronologias e importâncias patrimoniais.

Desde logo, o espaço composto pelo Convento e pela Igreja da Luz, Em Vias de Classificação (EVC) cuja edificação é atribuída ao séc. XV, atingindo, entre 1574 e 1596, uma volumetria muito próxima da atual.

Contudo, ao longo dos séculos seguintes, este espaço passa por diversas obras de melhoramento, comprovadas por várias datas, inscritas no monumento e visíveis na contemporaneidade dos materiais utilizados e conforme se documenta nas figuras apresentadas na Ficha 1.

A legislação exige que o projeto sujeito a avaliação de impacte ambiental apresente as medidas previstas para evitar, reduzir ou compensar os impactes negativos, expetáveis em fase de construção, exploração e desativação, sendo competência do promotor, suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos, assim como (art. 79º, da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro).

Assim, atendendo às ações previstas pelo projeto, nomeadamente, reformulação dos espaços interiores, adaptando-o a um novo programa funcional, e considerando a importância patrimonial do imóvel – Em Vias de Classificação (EVC), preconiza-se, em concordância com o parecer anteriormente emitido pelo Património Cultural I.P. (Ex-DRE/2022/07-03/42/POP/124120 (C.S:245009):

07.01/ Fase Prévia

1. **Prospecção arqueológica sistemática** da implementação das componentes do projeto indefinidas aquando da caracterização da situação de referência patrimonial, nomeadamente, nas áreas e estaleiro, empréstimo e depósito;
2. Realização de uma **memória histórica** onde conste uma recolha documental e iconográfica sobre o espaço onde se implanta o projeto e área envolvente (área de incidência direta e indireta do projeto): Terreiro da Batalha e Conjunto Conventual, de modo a enquadrar os trabalhos arqueológicos e o próprio projeto de arquitetura, podendo este vir a ser complementado à medida que for avançando o estudo arqueológico. Este estudo poderia, futuramente, servir de base a iniciativas de índole cultural a realizar neste espaço, bem como ser alvo de publicação e venda.
3. Realização de um conjunto de **sondagens arqueológicas de diagnóstico** prévias ao início da obra distribuídas pela totalidade da área prevista para a construção de edifícios ou infraestruturas novas aprofundando-se até à cota de afetação.
4. Realização de um conjunto de **sondagens arqueológicas de diagnóstico** distribuídas pelas áreas onde se prevê ocorrerem ações que tenham impacto no solo e subsolo, nas áreas abrangidas pelo espaço do Convento;
As intervenções preconizadas tem como objetivo avaliar o potencial arqueológico, bem como caracterizar, por amostragem, a natureza dos depósitos e eventuais estruturas presentes.
Após a apresentação à Tutela do Património dos resultados destas sondagens, será avaliada a necessidade de outras medidas cautelares de minimização do impacte negativo da empreitada, incluindo o adequar das soluções propostas pelo projeto, ao valor científico e patrimonial dos bens que possam surgir.
A intervenção será da responsabilidade de um arqueólogo que terá de apresentar à Tutela do Património o respectivo Plano de Trabalhos Arqueológicos a realizar, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro.
5. Realização de um **levantamento integral** e pormenorizado da Igreja e Convento da Luz (gráfico e fotográfico);
6. As paredes ou abóbadas que sejam objeto de alteração, picagem ou demolição deverão ser alvo de **sondagens prévias de diagnóstico** executadas por um técnico de conservação e restauro dada a possibilidade de surgirem vestígios, ou áreas cobertas por pintura mural presentemente ocultas por camadas de

pintura. No caso de serem detectadas pinturas, devem as mesmas ser registadas e preservadas mediante soluções tecnicamente fundamentadas.

Sempre que se proceder a picagens (integrais ou não), ou demolições de paredes interiores, ou exteriores, e após as sondagens de diagnóstico referidas no ponto anterior, deve a equipa de arqueologia proceder ao registo da estratigrafia parietal utilizando um registo gráfico e/ou fotográfico - fotos panorâmicas e, caso seja possível, a um levantamento fotogramétrico.

Com base neste registo e através de uma análise fundamentada no método da «Arqueologia da Arquitetura», integrando o estudo das técnicas, materiais e métodos de construção, com a eventual recolha de amostras, será possível ficar a conhecer melhor o percurso histórico-construtivo do Convento da Luz que permanece por esclarecer.

O resultado do estudo referido no ponto anterior deve ser tido em conta no desenvolvimento do projeto de arquitetura de modo a permitir compatibilizar os vestígios mais relevantes com as opções do projeto.

07.02/ Fase de construção

1. Efetuar, após a desmatção e em fase prévia às mobilizações de terras (escavações), a prospeção sistemática do solo livre de vegetação.
2. Acompanhamento arqueológico integral de todas as operações que impliquem alterações do solo e/ou subsolo, nomeadamente: movimentação de terras, escavações e abertura de valas, desmatções, plantações, depósitos e empréstimos de inertes, não apenas na fase de construção, mas desde as suas fases preparatórias;

Cabe aos promotores garantir o acompanhamento arqueológico das obras, conforme determinam os n.º 3 e 4 do Artigo 79.º da Lei nº 107/2001 de 8 de setembro.

O acompanhamento implica a presença efetiva de um arqueólogo que deverá apresentar os necessários pedidos de trabalhos ao Património Cultural I.P. em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro. O início de qualquer trabalho no âmbito do projeto deverá ser comunicado atempadamente à equipa de arqueologia de modo a garantir um acompanhamento continuado e efetivo.

Se existir mais que uma frente de obra a decorrer em simultâneo, terá de se garantir o acompanhamento de todas as frentes.

Na eventualidade de surgirem vestígios arqueológicos ao nível do subsolo, deverá ser informada a entidade da tutela, a fim de ser reavaliada a situação em presença, para se proceder à aplicação de medidas cautelares e de salvaguarda do património.

3. De modo a evitar impactes sobre os contextos funerários existentes na igreja e no claustro não devem ser realizados trabalhos que impliquem qualquer tipo de afetação do solo e subsolo nestes locais, incluindo deslocação de elementos pétreos que compõem as tampas ou outros materiais existentes, bem como furos, abertura de roços etc.

Caso, no decurso dos trabalhos, sejam identificados enterramentos humanos, deverá ser cumprido o n.º 1 do art.º 11 do Decreto-Lei n.º 164/2014, de 04 de novembro que determina o seguinte: *«na escavação de contextos onde se presume a existência, ou sejam identificados, vestígios osteológicos humanos a equipa técnica integra, pelo menos, um especialista em antropologia física»*.

4. Deve ser garantido o acompanhamento por parte de um arqueólogo sempre que exista qualquer intervenção sobre as pré-existências dos edifícios A e B (solo, subsolo e paredes) tanto no interior como no exterior, visto poder tratar-se do mesmo conjunto patrimonial, tendo em atenção que o Edifício B poderá ocultar outras fases de construção mais antigas.

5. Deverá ser tido em conta todo o sistema hidráulico que possa ainda existir (de alimentação do convento e do terreno de cultivo) de modo a ser efetuado o seu registo e preservação in situ sempre que se trate de elementos relevantes.

6. O relatório final de arqueologia a apresentar à Tutela do património deverá incluir as duas componentes de análise arqueológica: edificado e resultados da intervenção ao nível do subsolo, de modo a melhor compreender a evolução deste importante conjunto conventual.

7. O património móvel ou integrado deve ser protegido e, em caso de ser necessário proceder a ações de restauro terá de contar com técnicos da área da conservação e restauro devidamente habilitados.

8. Os pavimentos em mosaico hidráulico sejam o mais possível preservados, mas, no caso da sua remoção, serem devidamente salvaguardados.

07.03| Fase de exploração e desativação

1. Sempre que ocorram trabalhos de manutenção das infraestruturas do projeto que envolvam alterações que obriguem a revolvimentos do subsolo, deve ser assegurado o acompanhamento arqueológico desses trabalhos e o cumprimento

das medidas de minimização previstas para a fase de construção, quando aplicáveis.

2. Se na fase de exploração e desativação forem detetados vestígios arqueológicos inéditos, fica o respetivo promotor/beneficiário obrigado a comunicar de imediato à tutela do Património Cultural essa ocorrência, para que se proceda à avaliação dos vestígios e se determinem as medidas de minimização a implementar.

08| BIBLIOGRAFIA

Arquivos Digitais

<http://arquivo2020.cm-borba.pt/pt/site-visitacar/concelho/patrimonio/Paginas/convento-de-nossa-senhora-da-luz.aspx>
<https://digitarq.adevr.arquivos.pt/details?id=1357832>
https://www.archivesportaleurope.net/ead-display/-/ead/pl/aicode/PT-00000000464/type/fa/id/PT_SLASH_ADEVRLASH_CNSLMCBRRB
<https://arqueologia.patrimoniocultural.pt/>
<https://patrimoniogpc.maps.arcgis.com/apps/webappviewer/index.html?id=7f7d5674280f41849c0a0869ced22d91>
<https://www.cm-borba.pt/visitante/patrimonio/mapa-patrimonio/>
<https://www.cm-borba.pt/municipe/areas-de-acao/ordenamento-territorio-e-urbanismo/instrumentos-de-gestao-territorial/planos-municipais-de-ordenamento-do-territorio/>
<https://digitarq.arquivos.pt/>
<https://tombo.pt/>
<https://adevr.dglab.gov.pt/>

Geral

CALADO, M. (1992) - Inventário Arqueológico de Borba. Plano Director Municipal (Relatório inédito).

CALADO, M. (2004) - Menires do Alentejo Central - Génese e evolução da paisagem megalítica regional. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Texto policopiado.

CASTELO-BRANCO, Fernando (s.d) – Batalha de Montes Claros. *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 13. Lisboa.

CRESPO, Mário (s/d) – *O Alentejo na Fundação e Restauração*. S.l.

CRESPO, Mário (1950) – *Estremoz e o seu termo regional*. Estremoz.

CRUZ, António (1940) - *Portugal Restaurado*. Porto: Livraria Civilização

ESPANCA, Pdr. Joaquim José (1892) – *Compendio de notícias de Vila Viçosa. Concelho da Província do Alentejo e reino de Portugal*. Redondo: Typ. F. de Carvalho.

ESPANCA, Pdr. Joaquim José (1983) – *Memórias de Vila Viçosa. Cadernos Culturais de Vila Viçosa*. 5. Vila Viçosa: Gráfica Calipollense.

ESPANCA, Túlio (1975) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. (Zona Norte). Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendas Novas*. VIII. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes

ESPANCA, Túlio (1978) – *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. (Zona Sul). Concelhos de Alandroal, Borba, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Viana do Alentejo e Vila Viçosa*. IX. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes.

ESPÍRITO SANTO, Gabriel (2005) – *Batalha de Montes Claros – A Vitória decisiva*. Lisboa: Tribuna da História.

MARTINS, Rocha (1940) - *Os grandes vultos da Restauração de Portugal. 1879-1952*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.

MOREIRA, Isabel A. (2013) - *Memórias paroquiais da Vila do Alandroal e o seu termo (1758)*. Lisboa: Colibri/ Câmara Municipal Alandroal.

OLIVAL, Fernanda; CAMERON, Helena F.; FARRICA, Fátima; VIEIRA, Renata (2023) - As Memórias Paroquiais (1758) do atual concelho de Vila Viçosa. *Callipole – Revista de Cultura*. N.º 29. Vila Viçosa, p. 85-128.

PIMENTA, Belisário (1940) - *Os Exércitos da Restauração. Revista Militar*

STRADLING, R.A. (2002) – *Filipe IV and the Spanish Government (1621-1665)*. Cambridge University Press.

Fontes

Arquivo Distrital de Évora

- *Livro para a procuração do Convento de Nossa Senhora de Montes Claros*. Cota atual: Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba, cx. 1, doc. 27
- *Capelas administradas pelo Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*. Cota atual: Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba, cx. 1, doc. 36
- **FUNDO:** Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros
- **FUNDO:** Provedoria de Évora.

DOC: 1 a 53 – Cx 1. *Subsérie: 001 Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros. Datas: 1585 a 1883. Escrituras*

Peça 27. Livro 1: 1744 - 1763. Livro de receita e despesa.

Peças 28 a 38. Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.

Datas: 1744 a 1834. Documentação vária

Peças 39 a 53. Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros.

Datas: 1676 a 1832. Documentação vária: Escrituras, contratos de arrendamento, rendas, foros, pensões a que está sujeito o convento.

Doc. 34 - *Relação geral de todo o Rendimento pertencente ao anno de S. João de 1822 a igual dia de 1823 do Convento de Nossa Senhora da Luz das Religiosas Paulistas sito em Montes Claros, termo da vila de Borba.*

Doc. 35 - *Relação dos prédios que se achão por arrendar pertencentes ao extinto Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros, bem como das foros e rendas pertencentes ao mesmo.*

Doc. 36 – *Capella de D. Izabel Farizoa. Testamento de D. Izabel Farizoa (.../...), aberto em 21 de outubro de 1678. [para além da distribuição de dinheiro a algumas pessoas, nomeadamente aos seus escravos, deixa todos os seus bens às religiosas de Nossa Senhora da Luz, com a obrigação da reza de uma missa diariamente]*

Doc. 54 a 58 – Cx 2

Peças 57 a 58. Relação das dividas que se devem ao Extinto Convento de N. S^a da Luz de Montes Claros.

Doc. 56. *Alandroal. 1826.*

Doc. 55. *Folha dos Foros, Rendas do Convento. 1823*

Doc 54. *Alandroal. 1815 – 1819. Autos civis*

- **FUNDO:** PROVEDORIA DE ÉVORA

Série: 007 – Redondo

Subsérie: 001 – Eremitas de S. Paulo da Serra de Ossa. Pçs 31. Datas 1502-1791. Cx 31.

Convento dos Eremitas de S. Paulo da Serra de Ossa. Datas 1656-1737.

Livros do recibo e entrega do dinheiro da ordem e das herdades

Documentos vários 1502 - 1613

- PT/ADEVN/CNSLMCBRB. Convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros de Borba. 1595-09-05/1834-12-31

Biblioteca Pública de Évora

- *Breve Relação do principio da fundação deste convento de Nossa Senhora da Luz de Montes Claros*. Tombo Geral do Convento de S. Paulo, 1619, fls 41-44 vº
Ms BPE

- *Título das antiguidades do convento, contendo a cerimónia de trasladação dos ossos da duquesa D. Leonor de Medina Sidónia, para o convento da Esperança de Vila Viçosa*. Armário 169-I-26 (nº 17) Biblioteca Pública de Évora e Arquivo Distrital de Évora.

ANEXO I - FICHAS DE SÍTIO/ PATRIMÓNIO

A caracterização da situação atual transcreve parcialmente o conteúdo do relatório prévio da responsabilidade da Arquiteta Helena Machado Morais, datado de abril de 2022 (a *itálico*) e a caracterização realizada no âmbito deste projeto. As imagens apresentadas, para as quais não se identifica o autor, são da signatária (Leonor Rocha)



Figura 10 – Edifícios construídos (Fonte: Imagem de Satélite)

Ficha 1 | Edifício A - Convento e Igreja da Luz

O Convento da Luz (Edifício A – *vide* Figura 10), tem uma área bruta de construção de 2560.90m². Este é composto por um antigo convento e uma

igreja, e, apesar de parcialmente habitado, encontra-se em mau estado de conservação.

O Convento (Figura 14) possui *uma planta quadrangular, composto por um claustro de dois pisos que marca o centro do edifício através de um poço e é à sua volta que o programa do antigo convento se desenvolve. Com várias salas, refeitório, e uma igreja no piso 0, no piso 1 os dormitórios e salas senhoriais com acesso a dois terraços e o último piso era composto por quartos.*

É constituído por 3 pisos acima da cota de soleira, com as paredes caiadas de branco, com um embasamento à cor azul e as coberturas em telha de canudo. Nos alçados, os vãos com cantaria em pedra, caixilhos de madeira com o aro fixo na cor verde e os móveis à cor branca. Possui guardas metálicas com desenho.

O edifício apresenta vários elementos decorativos de interesse de preservação os quais irão sofrer trabalhos de limpeza e recuperação.



Figura 14 – Convento (Imagem: Helena Machado Morais)

O campanário do Convento da Luz é alto e robusto, deste modo, o sino tem um som mais potente, que atinge não apenas a comunidade do entorno do templo, mas também grandes distâncias.

Apesar das transformações ao longo dos séculos, o campanário do Convento da Luz, apresenta ainda o sino antigo em bronze.



Figura 15 – Claustro e poço

O claustro de dois andares, é caracterizado com arcos redondos e colunas toscanas à roda do pátio interior onde existe um poço de mármore (Figura 3)

Do património móvel do antigo convento, ainda existente in situ encontram-se dois panos de armar, do Século XIX, e um armário de 3 portas em madeira ornamentada com almofadas, trabalho do Século XVII (Figura 16)

Dos testemunhos materiais da utilização civil do presente edificado, encontra-se ainda um vasto conjunto de vários a prestos para equídeos e memórias dos usos últimos do convento enquanto casa estival nos finais do Século XIX e primeira metade do Século XX.



Figura 16 – Armário e panos de armar (Imagem: Helena Machado Moraes)

A fachada principal da igreja (Figura 17 e 18) sobranceira ao cruzeiro seiscentista em pedra, é de alvenaria ornamentado por acrotérios pinaculares de fogaréus. Ao centro é ornamentada pelo opulento brasão da Ordem de São Paulo, do estilo rococó. A fachada principal da igreja é encimada axialmente por uma cruz de mármore cronografada de 1608.

O alto janelão de molduras bem esculpidas e frontão triangular, ilumina o coro, ficando-lhe sotoposto o alpendre, com pórtico de arco redondo empedrada trabalhada, um vestígio quinhentista.



Figura 17 – Alçado da Igreja visto da rua (Imagem: Helena Machado Morais)



Figura 18 – Cimeira da Igreja com brasão da Ordem de S. Paulo

A grade de ferro forjado (Figura 19) da entrada remonta ao período das grandes obras de modernização do edifício em 1884, e a porta de madeira da Igreja, do ano anterior. Reforçando a frontaria, elevam-se dois bataréus terminados por volutas e lateralmente sete contrafortes lisos que alcançam a cornija, imprimem ao edifício uma robustez singular. O sub-coro, primitivo alpendre da portaria monástica, conserva a cobertura original do Século XVI, em nervagem singela que arranca das pilastras e se estende pelas nervuras.



Figura 19 – Grade de ferro forjado na porta da Igreja

A igreja é composta pela Nave e pela Capela-Mor. A Nave é alongada e de planta retangular, com o teto em abóbada de meio canhão, completamente liso e caiado de branco. O pavimento é em mármore, com rodapés em azulejos dos finais do Século XIX e os alçados compostos por quatro capelas laterais de arcos plenos emoldurados. A Capela-Mor, igualmente disposta em planta retangular, é antecedida por um elevado arco triunfal de fino mármore branco. A cobertura da Capela-Mor, em abóbada de berço, é decorada por um vistoso medalhão datado de 1714 (Figura 20 e 21).



Figura 20 – Capela-Mor



Figura 9 – Frescos Capela-Mor

A igreja apresenta 4 capelas, além da Capela-Mor:

- *Capela de Nossa Senhora da Conceição;*
- *Capela de Santa Bárbara;*
- *Capela de Santa Margarida de Antioquia;*
- *Capela do Arcanjo São Miguel.*

Cada capela, inscrita num vão delimitado por um arco em mármore, existe um retábulo setecentista em madeira, com policromia oitocentista, assente num altar de escaiola.

Nas capelas de Santa Bárbara e Nossa Senhora da Conceição existem esculturas em madeira policromática e em talha dourada, trabalho da primeira metade do século XVII, enquanto nas outras duas, consagradas ao Arcanjo São Miguel e à Santa Margarida de Antioquia, existem esculturas em madeira policromática e em talha dourada dos finais do Século XVII -início do Século XVIII.

No grande oratório de talha dourada dos finais do século XVIII, expõe-se a imagem de Nossa Senhora da Luz, peça dos princípios do século XVII. No camarim central do retábulo, dentro da maquineta, encontramos uma importante imagem de roca do século XVII representando Nossa Senhora, ladeada por duas esculturas de madeira policromática, século XVII

Sobre o altar, estão dispostos uma banqueta de madeira dourada, da 2ª metade do Século XVIII, constituída por 6 tocheiros e um Cristo crucificado, bem como um conjunto de 3 sacras do Século XIX.

As paredes laterais da Capela-Mor estão forradas com revestimento azulejar das oficinas de Lisboa, datável de meados do Século XVIII, muito próximo do círculo do Mestre António de Oliveira Bernardes. Estão em bom estado de conservação.



Figura 22 – Painéis de azulejo

Do lado do Evangelho está representada a vida de Santo Antão, e do lado da Epístola a vida de São Paulo; ladeados por frisos decorados com elementos vegetalistas a decoração é completada por um painel com 4 albarradas; e, seguindo o princípio da simetria, o lado do Evangelho apresenta um painel de azulejos que replica a janela, da mesma dimensão da janela real do lado da Epístola.

Na zona delimitada entre o arco triunfal da Capela-Mor e a grade pétrea - zona de um falso transepto ao centro do pavimento, encontra-se a lápide onde esteve sepultada, entre 1512 e 1590, a Duquesa de Bragança D. Leonor Medina Sidónia, morta pelo marido, o Duque D. Jaime.

Este facto demonstra a estreita ligação entre várias casas nobres da região e o convento, bem como a devoção de muitas duquesas da Casa Ducal de Bragança por Nossa Senhora da Luz.

No coro alto da capela encontra-se ainda o antigo cadeiral de madeira, marmoreado, com 16 assentos de misericórdias em forma de vieiras estilizadas, braços de volutas, quartelas apilastradas e remate de aletas e cornija de mútulos. O friso superior deste cadeiral é decorado com tabelas alusivas ao ministério dos fundadores da ordem: São Paulo e Santo Antão, eremitas do deserto. Este móvel, desenhado em forma de U, ocupa as três faces da dependência, sendo

entrecortado ao centro pelo vão do grande janelão da fachada que ilumina a igreja
(Figura 23)



Figura 23– Coro alto da capela

Na sacristia ainda se encontra o armário paramenteiro com grande número de paramentos antigos.

Destaca-se também um grande lavabo parietal em mármore decorado com dois golfinhos entrelaçados e sobrepujados por uma grande concha, trabalho da segunda metade do Século XVIII.

Assinala-se ainda a grande pintura sobre tela, que representa Jesus orando no monte, trabalho do século XVII alusivo à vida eremita. (Figura 24)



Figura 24 – Pintura sobre tela, que representa Jesus



A



B

Figura 25A e B – Ex-votos em cera depositados no lavabo parietal

Apesar da extinção das Ordens religiosas em Portugal ter sido decretada em maio de 1834 (e confirmada pela Portaria de 4 de junho de 1834), no século XVIII ainda são realizadas várias obras de melhoramento no espaço conventual e da igreja, comprovadas por várias datas que se encontram inscritas na igreja

e no poço do claustro. As sepulturas epigrafadas que existem no claustro também são deste período.

A passagem para uma gestão privada, que ocorre nos finais do século XIX (1883-84), conduziu a uma nova fase obras que parecem não ter incidido muito em alterações no edifício conventual, mas sim em melhoramentos, como a colocação da grade de ferro na igreja e a substituição de pavimentos por mosaicos hidráulicos, nos claustros e em outras divisões internas. Pode também ser desta altura a remodelação do pavimento da igreja, que mantém apenas uma das sepulturas (brasonada) em frente ao altar-mor, mas existiria pelo menos mais uma, cujo mármore foi cortado e reutilizado no pavimento, junto à porta lateral que dá acesso à área superior do altar.

No século XX, em data indeterminada, são realizadas novas obras de requalificação deste espaço, com a colocação de algumas janelas em alumínio, a construção de casas de banho (Figura 27A e B), colocação de papel de parede, etc. (Figura 26A e B).

Atualmente, o espaço, apresenta numerosos problemas sobretudo a nível das coberturas, em alguns dos pavimentos e em paredes – neste caso provocadas pela humidade. A análise global deste espaço permite verificar que, sobretudo nos séculos XIX e XX foram realizadas muitas alterações no espaço do convento e da igreja, nomeadamente a nível dos pavimentos, como se pode ver pelas imagens (Figura 28A, B, C e D).

Dos vários elementos existentes, serão certamente de preservar, as lareiras existentes que de acordo com a avaliação realizada pelos geólogos, são maioritariamente construídas com pedra da região, mas são elementos interessantes (Figura 29A, B).



A



B

Figura 26A e B – Exemplos de divisões no piso superior do convento, com papel de parede



A



B

Figura 27A e B – Exemplos de WC construídos no piso superior do convento



A



B



C



D

Figura 28A, B, C e D– Exemplos da variabilidade nos pavimentos do Convento- utilização de materiais contemporâneos



A



B

Figura 29 – Exemplos das lareiras existentes no piso superior do convento

Ficha 2 | Edifício B - Antigas cavaleriças



Figura 30 – Antigas cavaleriças



Figura 31 – Antigas cavaleriças, interior

O Edifício B, umas antigas cavaleriças com 736.34m² de área de implantação, aos dias de hoje foram estão agregados elementos ilegais que serão demolidos na nossa proposta, mas ainda assim o edifício encontra-se em muito mau estado,

conforme fazem prova as imagens, onde se constata também a ausência da cobertura num dos topos.

É constituído por 1 piso acima da cota soleira, em taipa, com as paredes caiadas de branco, com um embasamento à cor azul e as coberturas em telha de canudo. Nos alçados, os vãos maioritariamente estão qualquer elemento, as coberturas são em telha cerâmica de canudo.

O edifício não apresenta nenhum elemento decorativo de interesse de preservação, tendo uma linguagem pouco enquadrada com a envolvente. O mesmo não aparenta adaptações ao longo dos anos de relevância.



Figura 32– Antigas cavalariças, interior

A área das antigas cavalariças localiza-se em frente ao Convento e deverá ter sido construída nos finais do séc. XIX, quando o convento passou para os provados. Efetivamente, o conjunto edificado existente no pátio, do lado Este apresenta uma arquitetura similar à existente nos montes alentejanos desta área, em termos de arquitetura e métodos de construção. A análise detalhada desta estrutura permite-nos perceber que estes espaços são completamente diferentes do convento, com paredes muito mais finas, com outro tipo de matérias-primas utilizado na construção das paredes, das portas e janelas, dos nichos, do modo de construção da cobertura e até mesmo a arquitetura da chaminé.

Esta edificação, com uma planta retangular alongada possui, da extremidade Sul, duas áreas de currais, típicas dos montes alentejanos dos finais do séc. XIX. A cobertura, de meia cana, encontra-se muito destruída e era suportada por vigas de madeira. Em algumas áreas tinha revestimento interior com tábuas finas (Figura 33).

O piso resulta da colocação de uma argamassa sobre a calçada pré-existente que se estende pelo pátio e, as paredes do lado NE encostam ao muro da entrada, provocando, por exemplo, o tapume de uma das janelas existente, pelo que, este espaço será certamente uma ampliação da área do convento para acomodar uma área para animais (cavalariças e curral e um espaço habitacional – provavelmente para um caseiro).



Figura 33 – Antigas cavaleriças, interior

Ficha 3| Edifício C, D, E, F - Pavilhões

Espaço localizado a nascente do Convento, constituído por quatro pavilhões construídos no século XX para albergar uma exploração agropecuária (primeiro de aves e depois uma suinicultura), três deles atualmente em mau estado e o quarto usado por uma carpintaria (móveis). O aviário foi construído e utilizado pela família Ponte e Sousa e a exploração de suínos pela família Barril. Sem interesse patrimonial.



Figura 34– Vista geral (Google Earth) dos pavilhões agrícola



Figura 35 – Vista geral dos pavilhões, a partir de Este

Pavilhão 1 (Edifício C):

O Edifício C com 736.34m² de área de implantação.

Podendo ter sido um espaço de apoio agro-pastoril, o edifício encontra-se parcialmente demolido, conforme fazem prova as imagens e constata a ausência da cobertura.

É constituído por 1 piso acima da cota soleira, em alvenaria de tijolo cerâmico, sem cobertura e as paredes são rebocadas e pintadas à cor branca. Os vãos apenas têm elementos metálicos de segurança.

O edifício não apresenta nenhum elemento decorativo de interesse de preservação, tendo uma linguagem pouco enquadrada com a envolvente. O mesmo não aparenta adaptações aos longo dos anos de relevância.

Possuía paredes com tijolos e argamassa e reboco em cimento; pintura de cal, branca. O telhado, inexistente, era suportado, por barrotes de madeira e telha de meia cana. Originalmente teria uma linha de janelas, ao nível do piso de baixo (Figura 36).

Sem interesse patrimonial.

Cronologia: Séc. XX



Figura 36 – Pavilhão 1, em ruína

Pavilhão 2 (Edifício D):

O Edifício D com 851.04m² de área de implantação.

Podendo ter sido um espaço de apoio agro-pastoril, o edifício encontra-se com aparentes alterações ao projeto inicial tendo em conta os restantes armazéns. Sofreu um aumento de cércea, diminuição do número de vãos com caixilhos em alumínio na cor branco e uma cobertura metálica arredondada.

É constituído por 1 piso acima da cota soleira, em alvenaria de tijolo cerâmico.

O edifício não apresenta nenhum elemento decorativo de interesse de preservação, tendo uma linguagem pouco enquadrada com a envolvente. O mesmo não aparenta adaptações aos longo dos anos de relevância.



Figura 37 – Pavilhão 2 (Imagem: Helena Machado Morais)

O Pavilhão 2 encontra-se, atualmente, a ser usado por uma carpintaria/ móveis e em bom estado de conservação.

Possui paredes com tijolos de cimento com argamassa e reboco em cimento; pintura de cal, branca, telha de meia cana. Originalmente teria duas linhas de janelas, uma ao nível do piso de baixo (atualmente tapadas) e, a segunda junto ao telhado, de maior dimensão. As janelas apresentam barras de ferro. Possui também três grandes portões em chapa.

Sem interesse patrimonial.

Cronologia: Séc. XX

Pavilhão 3 (Edifício F):



Figura 38 – Vista geral do Pavilhão 3, a partir de Este

O Pavilhão 3 encontra-se, tal como o anterior, ainda com cobertura e com o mesmo tipo de uso.

Possui paredes com tijolos de cimento com argamassa e reboco em cimento; pintura de cal, branca, telha de meia cana. Apresenta duas linhas de janelas, uma ao nível do piso de baixo e, a segunda junto ao telhado. As janelas apresentam barras de ferro. O mesmo não aparenta adaptações ao longo dos anos.

Sem interesse patrimonial.

Cronologia: Séc. XX

Pavilhão 4 (Edifício F):

O Edifício F com 954,00m² de área de implantação.

Podendo ter sido um espaço de apoio agro-pastoril, o edifício encontra-se parcialmente demolido, onde se constata a ausência da cobertura.

É constituído por 1 piso acima da cota soleira, em alvenaria de tijolo cerâmico, sem cobertura e as paredes são rebocadas e pintadas à cor branca. Os vãos apenas têm elementos metálicos de segurança.

O edifício não apresenta nenhum elemento decorativo de interesse de preservação, tendo uma linguagem pouco enquadrada com a envolvente. O mesmo não aparenta adaptações ao longo dos anos de relevância.

O pavilhão 4 é o que encontra mais degradado (Figura 39), restando do apenas as paredes laterais. O espaço interior apresenta depósitos de entulhos, lixo e materiais diversos.

Possuía paredes com tijolos e argamassa e reboco em cimento; pintura de cal, branca. O telhado, inexistente, era suportado, por barrotes de madeira e telha de meia cana. Originalmente teria uma linha de janelas, ao nível do piso de baixo (Figura 39).

Sem interesse patrimonial.

Cronologia: Séc. XX



Figura 39 – Vista geral do Pavilhão 4

Ficha 4 Edifício G – Habitação (Monte 1)

O Edifício G com 156,10m² de área de implantação, está no limite da zona de proteção do património. Podendo ter sido uma casa do guarda, as fachadas do edifício encontram-se em mau estado de conservação e com pouca relevância arquitetónica.

É constituído por 1 piso acima da cota soleira, com dois vãos de porta, quatro vãos de janela com caixilharia em alumínio. É um edifício construído em alvenaria de tijolo cerâmico, a cobertura é de duas águas em telha cerâmica tipo portuguesa e as paredes são rebocadas e pintadas à cor branca.

O edifício não apresenta nenhum elemento decorativo de interesse de preservação, tendo uma linguagem pouco enquadrada com a envolvente. O mesmo não aparenta adaptações aos longo dos anos de relevância.



Figura 40– Moradia (Imagem: Helena Machado Morais)

Esta moradia, em bom estado de conservação, encontra-se em uso. Apresenta paredes com tijolos e argamassa e reboco em cimento; pintura de cal, branca. O telhado, de duas águas apresenta telha de meia cana; duas janelas, uma porta e uma chaminé.

Sem interesse patrimonial.

Cronologia: Séc. XX

Coordenadas: -7,478022 | 38,769093

Ficha 5| Edifício H – armazém e tanque

Na área da Cerca do convento, mais especificamente nas traseiras, a sul/sudoeste, encontram-se outro conjunto de estruturas, nomeadamente um pequeno armazém e um grande tanque que servia para a rega da horta do convento e condutas de água para Este e Sul que levariam água para os campos adjacentes, dentro da cerca. Apesar da informação existente referir que, pelo menos o tanque, terá sido construído também no séc. XVI, a análise da área permite identificar vários episódios com sucessivos trabalhos de conservação/melhoramentos, incluindo, alguns do séc. XX, uma vez que possuem canalizações, torneiras e estruturas muradas que utilizam material deste período (Figura 41).

O Tanque encontra-se rebocado a cimento e pintura a azul, no interior. Possui visíveis tubagens e torneiras em metal, O elemento de maior valor patrimonial (a conservar) é a bica de mármore colocada sensivelmente a meio, na parede Norte. Do lado Oeste possui escadas que permitem acesso ao interior.



Figura 41 – Vista do Tanque

A conduta de água que parte do tanque para o lado Este é a que se encontra melhor preservada (Figura 1) e apresenta declive nesse sentido. Tem no lado Oeste uma altura de cerca de 3m e do lado Este cerca de 1,5m. Apresenta no interior, mais elevada, uma conduta e outra, junto à mesma, no exterior, junto ao solo. A parte de cima é construída com pedras de diferentes dimensões, com argamassa de areia e cal e, a parte inferior, é construída com tijolo burro. Nesta

parte apresenta um conjunto de, pelo menos, 33 aberturas (outras poderão estar encobertas pela vegetação), com cerca de 0,30m X 0,30m, que apresentam no topo uma laje de pedra em xisto ou mármore (Figura 42).



Figura 42 – Vista da Conduta de Água – lado Este